

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXV

FLORIANÓPOLIS, 3 DE JULHO DE 2026

NÚMERO 9.074

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Fernando Krelling
1º VICE-PRESIDENTE

Padre Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Ana Campagnolo
1ª SECRETÁRIA

Jair Miotto
2º SECRETÁRIO

Lucas Neves
3º SECRETÁRIO

Oscar Gutz
4º SECRETÁRIO

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PRD

Líder: Napoleão Bernardes
UB PSD
Dr. Vicente Caropreso Napoleão Bernardes
PRD

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Antídio Lunelli
MDB PSDB
Volnei Weber Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Rodrigo Fachini
PODEMOS NOVO
Rodrigo Fachini Matheus Cadorin
REPUBLICANOS
Sergio Motta

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PSOL

Líder: Fabiano da Luz
PT PSOL
Fabiano da Luz Marquito

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA PDT

Líder: Rodrigo Minotto

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Marcius Machado

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: José Milton Scheffer

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pepê Collaço - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Alex Brasil
Fabiano da Luz
Maurício Peixer
Matheus Cadorin
Mauro De Nadal
Napoleão Bernardes
Volnei Weber

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Paulinha - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Marcos Vieira
Pepê Collaço
Sargento Lima
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
Camilo Martins
Marcos da Rosa
Jessé Lopes
José Milton Scheffer
Mário Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Luciane Carminatti
Mário Motta
Maurício Peixer
Rodrigo Minotto
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Marcos da Rosa
Paulinha
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcos Vieira
Mário Motta
Mauro De Nadal
Berlanda

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Junior Cardoso - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Jessé Lopes
Marquito
Mauro De Nadal
Pepê Collaço
Sergio Motta
**COMISSÃO DE TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO
E INFRAESTRUTURA**
Volnei Weber - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Camilo Martins
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Junior Cardoso
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer
Paulinha

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Matheus Cadorin - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Berlanda
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antídio Lunelli - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Junior Cardoso
Matheus Cadorin
Rodrigo Minotto
Sargento Lima

COMISSÃO DE TURISMO

Carlos Humberto - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Alex Brasil
Marquito
Paulinha
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marquito - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Altair Silva
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Matheus Cadorin
Napoleão Bernardes

COMISSÃO DE PESCA

E AQUICULTURA
José Milton Scheffer - Presidente
Maurício Peixer - Vice-Presidente
Jerry Comper
Junior Cardoso
Marquito
Paulinha
Sargento Lima

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUÍTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Sargento Lima
Marcius Machado
Rodrigo Minotto
Sergio Motta
Jerry Comper

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Altair Silva
Volnei Weber
Marquito
Matheus Cadorin
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Camilo Martins
Ivan Naatz
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rodrigo Minotto - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer
Neodi Saretta

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Marcos da Rosa - Presidente
Sergio Motta - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
José Milton Scheffer
Marcius Machado
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sergio Motta - Presidente
Alex Brasil - Vice-Presidente
Altair Silva
Jerry Comper
Junior Cardoso

Maurício Peixer

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Ivan Naatz
Marquito
Matheus Cadorin
Berlanda

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Camilo Martins - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Marcius Machado
Marquito
Mauro De Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcus Machado - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Antídio Lunelli
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Sergio Motta

Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Evandro Carlos dos Santos Diretor Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009 Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE  Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXIV NESTA EDIÇÃO: 47 PÁGINAS Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.	ÍNDICE CADERNO LEGISLATIVO 2 ATAS.....2 SESSÕES PLENÁRIAS.....2 COMISSÕES MISTAS 13 CADERNO ADMINISTRATIVO.. 35 GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 35 ATOS DA MESA..... 35 PORTARIAS 37 EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 45 AVISO DE LICITAÇÃO..... 45 AVISO DE RESULTADO 46 EXTRATOS..... 47
---	---	---

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÕES PLENÁRIAS

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2026

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Fabiano da Luz - Jair Miotto - Julio Garcia - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Mauro De Nadal - Neodi Saretta - Rodrigo Minotto - Sérgio Guimarães - Sergio Motta.

PRESIDÊNCIA - Deputado Jair Miotto

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comentou sobre o projeto de lei aprovado pelo Parlamento, que estabeleceu locais de descanso para caminhoneiros nos pontos da Polícia Rodoviária Estadual, garantindo segurança para a categoria.

Mencionou o lançamento do programa "PET levado a sério" para castrações e defendeu políticas públicas para animais em situação de vulnerabilidade. O Deputado também citou avanços legislativos, como a multa para quem abandona animais e a proibição de fogos de artifício com estampido.

O Parlamentar detalhou destinações de recursos por meio de emendas impositivas para melhorias em hospitais, APAs e infraestrutura esportiva na Serra Catarinense, como a instalação de energia solar. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Saudou os estudantes participantes do Projeto Parlamento Jovem e destacou a importância da participação da juventude nos espaços democráticos e na construção da vida pública. Enalteceu o engajamento dos jovens na política e citou o vereador Nenê Rodrigues, do Município de Saltinho, como exemplo de representação jovem comprometida com a comunidade.

Manifestou solidariedade aos pescadores catarinenses diante das incertezas relacionadas à safra da tainha e ressaltou a relevância econômica e social da atividade pesqueira para diversas famílias do Estado. Na oportunidade, refutou informações que, segundo seu entendimento, não correspondiam à realidade dos fatos, especialmente no que se refere à atuação do Governo Federal em relação ao setor.

Esclareceu o histórico da regulamentação das cotas para a pesca da tainha e registrou que a inclusão da pesca de arrasto em normativas federais ocorreu no ano de 2022. Destacou que sua manifestação teve por objetivo contextualizar os acontecimentos e contribuir para o correto entendimento da evolução das medidas adotadas ao longo dos últimos anos.

Informou que o Governo Federal promoveu a ampliação das cotas de captura diante da perspectiva de uma safra mais expressiva e ressaltou a atuação de lideranças políticas e institucionais em articulações realizadas em Brasília para atender às demandas do setor pesqueiro. Destacou o anúncio de nova ampliação das cotas, com o objetivo de contemplar regiões anteriormente não alcançadas pelas medidas adotadas.

Defendeu a necessidade de manutenção de critérios técnicos e ambientais para a gestão da atividade pesqueira e ressaltou a importância da preservação dos estoques naturais e da sustentabilidade da espécie. Reforçou que o debate sobre a pesca da tainha deve ocorrer com base em dados e informações concretas, evitando a disseminação de desinformação e a utilização do tema para disputas de natureza político-partidária. *[Taquígrafa: Jêniifer]*

Ordem do Dia

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0774/2025.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0441/2026 e 0443/2026, de autoria do Deputado Mário Motta; 0442/2026, de autoria do Deputado Berlanda; 0444/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes; e 0445/2026, de autoria do Deputado Marquito.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 1827 a 1837.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Suspende a sessão para o sorteio das escolas do Parlamento Jovem.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para o dia 15 de junho, às 19h, em Comemoração aos 100 anos do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

_____ * * * _____

ATA DA 006ª SESSÃO SOLENE
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2026, EM COMEMORAÇÃO AOS 70 ANOS DE
INSTALAÇÃO DA COMARCA DE TURVO/SC
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Boa noite, senhoras e senhores! Iniciando a nossa sessão solene em comemoração aos 70 anos da instalação da Comarca de Turvo, quero agradecer a presença de cada um de vocês.

Convido para compor a Mesa as autoridades a serem nominadas:

Senhor Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Osmar Nunes Júnior, neste ato representando o senhor Presidente, Desembargador Rubens Schulz;

Senhor Prefeito do município de Turvo, Heriberto Afonso Schmidt;

Senhor Vice-Prefeito do município de Turvo, Laerte Casagrande;

Senhor Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do município de Turvo, Laone Coelho;

Senhor Juíz de Direito e Diretor do Fórum da Comarca do município de Turvo, Dr. Manoel Donizete de Souza;

Senhor Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Dr. Felipe Lambert de Faria;

Senhor Conselheiro Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Geraldo Machado Cota Júnior;

Senhor Comandante do 19º Batalhão do município de Araranguá, Tenente-Coronel Marcelo Bertoncini Zanette;

Senhor Delegado da Comarca do município de Turvo, Adriel Alan Alves.

Senhoras e senhores, a presente sessão solene foi proposta por este deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em comemoração aos 70 anos da instalação da Comarca de Turvo.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional, composição de Francisco Manuel da Silva e Osório Duque-Estrada.

(Procede-se à execução do Hino.)

A seguir, acompanharemos a exibição de um vídeo institucional. *[Transcrição: Northon]*

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) – Registro e agradeço a presença do senhor promotor de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Marcus Vinícius dos Santos; senhora juíza de direito da Comarca do município de Lages, Mônica do Rego Barros; senhor juiz de direito do município de Meleiro, Raphael Cesar Rezende; senhor comandante da 3ª Companhia do 19º Batalhão do município de Turvo, Filip Tharles Bilhalva; senhor prefeito do município de Jacinto Machado, Sander Just; senhor prefeito do município de Ermo, Paulo Dell Vecchia; senhor prefeito do município de Timbé do Sul, Vilmar Maffiolette; senhor secretário de saúde do município de Ermo, Luciano Domingos; senhora secretária de saúde e saneamento do município de Jacinto Machado, Juliane Furlaneto; senhor secretário de turismo do município de Balneário Gaivota, João Batista Jacques; senhor presidente da Câmara de Vereadores do município de Araranguá, vereador Pedro Paulo de Souza; senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, Elias Makar; senhor vereador do município de Ermo, Daniel Borges; senhora vereadora do município de Meleiro, Elixsandra da Silva Mota; senhor vereador do município de Turvo, Cláudio Bernardino Januário. Sejam bem-vindos!

Quero ressaltar a importância para a Comarca de Turvo e para a nossa região, o desenvolvimento que teve a nossa região, com a segurança, com o trabalho da Comarca e com o trabalho de todos.

Cumprimentando toda Mesa e todas as autoridades já citadas, muito obrigado novamente pela presença de cada um de vocês.

Falar de 70 anos da Comarca de Turvo é falar da história do nosso município, é falar da região, é falar dos templos que começou a Comarca, a dificuldade, o trabalho de cada um. Em 1956, o Brasil vivia a era de Juscelino Kubitschek, lançando o plano de metas em Brasília, iniciando a construção de Brasília. Uma data histórica!

Tivemos a presidente Thereza Grisólia Tang, que foi a primeira juíza aqui na Comarca, a primeira Catarinense a se formar juíza e a primeira desembargadora do Brasil. Isso para nós é motivo de orgulho, é motivo de agradecer a

todos que passaram ali. Temos uma enorme gratidão pelo Poder Judiciário e pelos seus servidores, pela OAB, pelos advogados aqui da Comarca.

O município de Turvo cresceu muito graças às suas instituições fortes, como a Comarca e o Colégio Servos de Maria. Ao valorizar as famílias e investir na formação de seus cidadãos, contribuiu para que muitas pessoas saíssem daqui e hoje representem com destaque a nossa região, inclusive no Poder Legislativo, na Assembleia Legislativa.

Quando falamos da Comarca de Turvo, as pessoas têm um respeito muito grande. Queremos aproximar a Assembleia de toda a população, nosso Presidente, Deputado Julio Garcia, mandou um abraço para todos, tem muito carinho pela nossa região, os deputados da nossa Bancada do Sul, tem uma união muito grande para resolverem causas que são importantes para região, a união, as forças políticas, se convergem para trazer o desenvolvimento, investimentos para cá e quando falamos do Fórum, temos um grande carinho por tudo que ele representa. Como nós falamos, além do desenvolvimento, deu oportunidade para nossa região crescer, deu a segurança jurídica, segurança para as pessoas.

Então, em nome de nosso município, em nome de todos que estão aqui, queremos agradecer e comemorar junto com todas as forças políticas, civis, militares, a sociedade civil, as entidades, nosso Coral que abrilhanta esta noite, as pessoas que fazem parte dessa comunidade. Tenho um orgulho muito grande quando estamos na Assembleia e recebemos vocês, orgulho no sentido de saber que a nossa região é próspera, é uma região de família, uma região de empresas, do agronegócio, uma região que trabalha e que merece. Portanto, eu peço que Deus abençoe a cada família, a cada servidor que deu a sua contribuição na Comarca do município de Turvo. Que Deus nos abençoe para continuarmos a ser representados por pessoas e por entidades tão importantes aqui. Agradeço a presença de todos, muito obrigado!

Registro e agradeço a presença da senhora vereadora do município de São João do Sul, Janete Farias; senhor vereador do município de São João do Sul, Israel Oliveira de Vargas; senhora vereadora do de Jacinto Machado, Aline Sequinel; senhor vereador do município de Turvo, Renato Osvaldino Fávaro; senhor vereador do município de Turvo, Valcir Vassolé Milanez; senhora vereadora do município de Turvo, Cleonice Lima Silvano; senhor vereador do município de Araranguá, Donizete Martins da Rosa; senhora presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Subseção de Sombrio, Dra. Mônica Costa Caldeira; senhor presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Comarca do município de Turvo, Fábio Vicentin; senhor presidente da Cooperativa de Distribuição de Energia do município de Turvo, Andrei Maganin; senhor presidente da Coopersulca do município de Turvo, Arlindo Manenti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) – A seguir, convido o mestre de cerimônias para conduzir a entrega das homenagens. *[Transcrição: Yasmim]*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Búrigo) – Senhoras e senhores, boa noite! Neste momento, o Poder Legislativo catarinense celebra os 70 anos de instalação da Comarca de Turvo, homenageando personalidades que contribuíram para sua consolidação e para o acesso à Justiça no Extremo-Sul do Estado.

Criada em 1954 e instalada oficialmente em 1956, a Comarca consolidou-se como referência na prestação da tutela jurídica e no compromisso com a cidadania.

Mais do que uma estrutura do Poder Judiciário, tornou-se um espaço de acolhimento, mediação e efetivação de direitos, marcado pelo trabalho dedicado de seus membros, servidores e colaboradores.

Ao comemorar sete décadas de história, a Comarca de Turvo renova sua missão de servir à sociedade com responsabilidade, imparcialidade e estrito respeito à dignidade da pessoa humana.

Convidamos o senhor Deputado Tiago Zilli para fazer a entrega das homenagens.

Recebe a homenagem a Comarca de Turvo, neste ato representada pelo senhor Juiz de Direito e Diretor do Foro, Dr. Manoel Donisete de Souza.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicitamos que o senhor Manoel Donisete de Souza permaneça à frente para a entrega da próxima homenagem.

Convidamos para receber a homenagem o senhor Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Turvo, Dr. Manoel Donisete de Souza.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos o senhor Manoel para realizar a entrega das homenagens juntamente com o Deputado Tiago Zilli.

Recebe a homenagem, *in memoriam*, a desembargadora e primeira Juíza de Direito da Comarca de Turvo, senhora Thereza Grisólia Tang, neste ato representada por sua sobrinha senhora Juíza de Direito na Comarca de Lages, Monica do Rego Barros Grisólia, e por seu bisneto servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, senhor Pedro Walter Guimarães Tang Vidal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem à Oficial Titular do Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, senhora Olga Biz Dagostin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o Tabelião de Notas e Protestos, senhor Joelso Luiz Fascin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Parlamento catarinense presta homenagem a servidores aposentados, por sua relevante atuação e contribuição na construção dos 70 anos de história da Comarca de Turvo.

Convidamos para receber a homenagem à Agente de Serviços Gerais, senhora Adelíria Lopes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem à Analista Jurídica, senhora Ivone Angeloni de Aguiar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o Oficial de Justiça, senhor Márcio Luiz Bez Batti, neste ato representado pelo senhor Jardel Pasini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicitamos que o senhor Jardel Pasini permaneça à frente para a entrega da próxima homenagem.

Convidamos para receber a homenagem à Técnica Judiciária, senhora Neide Guilhermina Bretz Bez Batti, neste ato representada pelo senhor Jardel Pasini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem à Agente Administrativa Auxiliar, senhora Maria Leonor Tonetto Sartor.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem à Agente de Serviços Gerais, senhora Zenaide Lodetti Bordignon.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem, *in memoriam*, o Escrivão Judicial da Comarca de Turvo, senhor Paulo Afonso Rovaris, neste ato representado por sua esposa, senhora Leda Coral Rovaris.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem, *in memoriam*, o Oficial de Justiça da Comarca de Turvo, senhor Selésio Isoppo, neste ato representado por sua filha, senhora Ana Paula Isoppo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o primeiro médico da Comarca de Turvo, Dr. Aroldo Duarte Schmitz.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o Sargento PM da reserva remunerada, senhor Moacir Vieira Semprebon.
(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor Advogado, Dr. Luiz Ângelo Cirimbelli.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor Advogado, Dr. Etér Jesus da Cunha Pinto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos ao senhor Deputado Tiago Zilli e ao Dr. Manoel pela entrega das homenagens e parabenizamos todos os homenageados desta noite.

Quer rever os melhores momentos da sessão? As fotos estarão disponíveis amanhã no site da Alesc. O link você encontra no Instagram: @assembleisc. Siga nossas redes sociais e acompanhe as novidades e bastidores do Parlamento catarinense.

Lembrando que esta sessão está sendo transmitida pela TVAL e pelo canal da Assembleia Legislativa no YouTube, onde ficará disponível para visualização. Boa noite! *[Transcrição: Milyane]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) – Muito obrigado, parabéns a todos homenageados, merecida e justa homenagem.

Registro e agradeço a presença do senhor vice-prefeito de Sombrio Jeriel Isoppo; senhor presidente da Câmara de Vereadores do município de Sombrio, Marion Cardoso de Moraes; senhora vereadora do município de Balneário Gaivota, Jussara Mattos; senhora vereadora do município de Arroio do Silva, Greyce Copetti; senhor secretário de educação do município de Sombrio, Jonas D'Ávila; senhor presidente do Sicoob Credija do município de Jacinto Machado, Wolni José Walter; senhor presidente do Sicoob Credisulca do município de Turvo, Romanin Dagostin; senhor diretor administrativo do Hospital São Sebastião do município de Turvo, Evandro Peck; senhor presidente do Hospital São Sebastião do município de Turvo, José Luiz Bez Batti; senhora coordenadora do Abrigo Cativar do município de Turvo, Ana Cláudia Brocca; senhor membro do Conselho Fiscal, Ademilson Catelli, neste ato representando a FCDL da Região Sul. *[Transcrição: Yasmim]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) – Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados da noite, senhor advogado, Dr. Luiz Ângelo Cirimbelli.

O DR. LUIZ ÂNGELO CIRIMBELL – Senhoras e senhores, autoridades presentes, constituídas do Parlamento catarinense e do Poder Judiciário catarinense, autoridades mencionadas no protocolo.

Assim como o alpinista escala a montanha para de lá trazer a estrela alpina, também fui subir o monte do meu tempo estudantil para trazer para este momento, uma frase de um filósofo francês, Bernard Clavel, que diz: “*Viro sapiente, tua vita vinea est*”. E a este axioma eu somo uma paráfrase de Marco Túlio Cícero que diz: “*Homo non sibi natus solus sed patriae*”. Em resumo, sintetizando diz: Para o homem responsável tem a sua vida como uma vinha, um vinhedo que não nasceu somente para si, mas também para a sua comunidade. E acrescento: “*Ubi bene, ibi patria*” — onde você está bem, aí é a sua pátria.

Senhoras e senhores, de fatos históricos da nossa comunidade, tive um imenso prazer de estar presente em dois fatos relevantes da nossa comunidade: Os 77 anos da emancipação política do nosso município e os 70 anos da instalação da Comarca. Eu era um estudante interno e o diretor nos levou, na oportunidade, naquela ocasião, estávamos presentes.

Nenhum dos peregrinos imigrantes que aqui aportaram nessas costas sul-brasileiras, nenhum dos colonizadores que rasgaram estradas nas selvas demonstrou jamais maior fortaleza, maior resolução do que os que ainda hoje trabalham para o bem dessa comunidade. Nossos antepassados lutaram com denodo singular, respeitoso, amoroso para com a sua nova pátria. Por isso, continuamos a expandir, a alargar horizontes, a lutar por espaços mais amplos, livres, seguindo os nossos princípios e ideais da nossa comunidade.

E como não recordar que, após sete anos da nossa emancipação política, estávamos vivenciando a instalação da Comarca de Turvo. Do arado nasceu a cidade de Turvo. No peito do turvense crava-se a fé e a esperança, as crianças nas escolas, os adultos no campo trabalhando. Quando a multidão se reúne, é para seguir atrás do andor, acompanhando a imagem da padroeira. Isso no passado e ainda hoje.

Livres, declaramos que haveremos de vencer, na certeza de que, com destemor, dedicação e respeito aos valores legados por nossos antepassados, os nossos fundadores, forma-se um povo generoso, forma-se um povo trabalhador, forma-se um povo confiante.

Vivemos aqui orgulhosos dos nossos ancestrais, da nossa terra, para servi-la, para honrá-la. Não vivemos como desiludidos, como cidadãos deslumbrados, mas com determinação, coragem, capacidade de construir, para que se lhes estime por seus méritos e se respeite por seus sacrifícios.

Mostremos a alma turvense, com todo amor e carinho, a esses ilustres visitantes que nos chegam: legisladores catarinenses, do Poder Legislativo, distintos desembargadores do Poder Judiciário, para que vejam que a temos honrada e leal, que a nossa admiração justa e o estudo útil e sincero não nos debilita, mas nos faz o coração arder com coragem para vencer. É sempre admirável aquele que sabe que entre o plantar e o colher existe o regar e o esperar.

Honrou-me, caros homenageados, o privilégio, a responsabilidade de representá-los. Permitam-me expressar cordial agradecimento pela certeza amistosa da cooperação que me transmitiram os senhores e as senhoras, em tão notável prerrogativa.

Nosso profundo reconhecimento ao Poder Legislativo catarinense, Parlamento exemplar do Brasil, e ao Poder Judiciário Catarinense.

Felicitações à Comarca de Turvo, aos magistrados, promotores, funcionários e servidores do passado, a todos os que exerceram suas notáveis funções nos 70 anos, nossa excelsa gratidão.

Somos gratos pela homenagem e, por fim, como o tesouro do alto da montanha, ainda ecoa: *“Finis coronat opus.”* O fim coroa a obra.

Salve Turvo, torrão generoso, teu futuro tu forjas nos braços do trabalhador, protegidos pelo manto azul da padroeira. Muito obrigado! *[Transcrição: Meibel]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) –Registro e agradeço a presença do senhor presidente do Rotary Club do município de Turvo, Cláudio Fischborn; senhor presidente da Associação Empresarial de Araranguá e do Extremo Sul Catarinense, Jádriel Boza Della Vechia; senhor presidente do Sindicato Rural dos Municípios de Turvo e Ermo, Moacir Bendo; senhor assessor parlamentar Hether Themistocles Back Pinto, neste ato representando o gabinete do senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer; senhor assessor parlamentar Raoni Pagani Elias, neste ato representando o gabinete do senhor Deputado Jessé Lopes; senhora tabeliã do Tabelionato de Notas e Registro Civil do município de Timbé do Sul, Daniele Assis dos Santos; senhor vereador do município de Morro Grande, Renato Venson; senhor vereador do município de Timbé do Sul, Wilson Luis Borges; senhor árbitro Ramon Abatti Abel, juiz da copa de 2026; senhor ex-prefeito Ronaldo Carlessi. Gostaria de agradecer a presença da minha esposa Luci (Luciane de Mello), meu filho William também.

Convido para fazer uso da palavra o senhor Juiz de Direito do Fórum da Comarca de Turvo, Dr. Manuel Donisete de Souza. *[Transcrição: Yasmim]*

O SR. JUIZ MANOEL DONISETE DE SOUZA - Falar depois do Dr. Luizinho Cirimbelli, baluarte da intelectualidade, da moralidade da nossa região.

Antes de iniciar a minha fala, quero convidar a todos visitarem uma exposição de material histórico da Comarca, após a solenidade, fruto de um trabalho árduo de resgate realizado pelos servidores José Vítor e Giana, este material estará exposto na sala anexa ao plenário.

Quero cumprimentar o Deputado Estadual Tiago Zilli, proponente e presidente desta solenidade; o senhor desembargador Osmar Nunes Júnior, nosso amigo, representando neste ato a alta administração do egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina; demais autoridades que compõem a Mesa, civis e militares.

Senhoras e senhores, nesta noite fria de outono, porém aquecida por esta maravilhosa egrégora, estamos aqui fazendo história e, ao mesmo tempo, contando a história dessa bonita e elegante senhora que, do alto dos seus setenta anos de idade, encontra-se no seu auge, na plenitude do seu vigor. Refiro-me, por óbvio, a minha, a nossa, a de todos nós - Comarca de Turvo. Como dito no espetacular vídeo institucional produzido pelo brilhante profissional de mídia, o Saulo e sua equipe, a história da Comarca de Turvo teve início sob o signo da força, da inteligência e da sensibilidade feminina.

A primeira toga da comarca foi a da então jovem gaúcha de São Luiz Gonzaga, Thereza Grisólia Tang. Essa mulher que se tornaria uma verdadeira lenda da magistratura catarinense e brasileira, hoje aqui muito bem representada pela minha colega Dra. Mônica Grisólia, da Comarca de Lages, sobrinha da desembargadora Thereza e pelo neto dela, o Pedro, nosso

colega e servidor do Tribunal de Justiça. A partir dela, muitos magistrados e magistradas brilhantes deram a sua contribuição para a pujança que esta Comarca hoje representa.

A par de outros tantos membros do Ministério Público e advogados, em números valorosos servidores e servidoras, todos, sem exceção, são igualmente merecedores e merecedoras de serem homenageados hoje pela Alesc. Porém, tínhamos um quantitativo de 15 nomes e, por isso, de acordo com os critérios que elegemos, indicamos as pessoas que aqui estão sentadas na primeira fileira, mas é claro que muitos outros grandes nomes, e citarei alguns: Celso Marcon, Zé Maia, Ezefiro Lodetti, Edmund Bretz e tantos outros, que igualmente mereceriam ser homenageados nesta ocasião.

Falar sobre a Comarca de Turvo é para mim, tarefa leve e agradável por demais. Eis que aqui exerço a função judicante há quase 15 anos e, com sinceridade, nunca teve um dia em que ir para o Fórum trabalhar tenha sido um desgosto ou um fardo. Sim, o juiz tem que estar no Fórum, ao contrário do que muita gente pensa hoje em dia.

A palavra de ordem hoje é gratidão. Gratidão à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em especial ao nobre Deputado e amigo, Tiago Zilli, por esta linda solenidade e pungente homenagem. Mas também imensa gratidão a cada pessoa, desde os terceirizados, os estagiários, os servidores e aqui, então, peço vênias aos demais para nominar o José Vitor e a Giana, que há mais de um ano vem se dedicando grandemente ao resgate histórico documental da comarca, resultando na bela exposição que orna esta solenidade que estará aberta ao final da sessão, até o Juiz Diretor do Foro. Porém, e sobretudo, gratidão aos jurisdicionados, ao povo, os cidadãos e cidadãs de Turvo, Ermo, Jacinto Machado e Timbé do Sul, porque é para vocês e por vocês que existe a justiça e, em última análise, que existe o próprio Estado. É com uma justiça humanista e presente de perto na vida das pessoas que conseguiremos todos juntos alcançar a pacificação da sociedade e, via de consequência, tornar mais feliz a humanidade.

Parabéns a todos e a todas. E um forte viva a nossa Comarca de Turvo. Obrigado! *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) – Convido para fazer uso da palavra o senhor Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Turvo, Dr. Felipe Lambert de Faria.

O SR. PROMOTOR DE JUSTIÇA FELIPE LAMBERT DE FARIA - E a mim, sobrou falar depois do Dr. Manoel.

Senhor Deputado Tiago Zilli, senhor Desembargador Osmar Nunes, senhor Juiz de Direito Dr. Manoel Donisete, senhoras e senhores, demais autoridades aqui presentes na Mesa e presentes neste evento.

Se a palavra-chave do Dr. Manoel é gratidão pelo tudo que passou, tudo que presenciou nessa Comarca, palavra que eu tenho a trazer aqui, recém-chegado nessa Comarca, e falo também em nome do Doutor. Marcos Vinícius Santos, promotor de justiça, diligente, competente, companheiro de trincheira na segunda promotoria de justiça dessa Comarca, palavra que tem a trazer é compromisso.

A escolha de instalar uma Comarca, parte do Poder Judiciário, se dirige ao Poder Legislativo mediante a aprovação do projeto de lei sancionada pelo senhor Governador, é mais do que uma escolha de estender a burocracia do estado para mais uma cidade, para mais um município desse nosso Estado. É também dar um rosto para o juiz de direito, para o promotor de justiça. É dar um ouvido atento, é permitir uma proximidade que concentrar as varas em grandes cidades não permite. E isso em absoluto não é trivial, não é dispensável, e o dia de hoje reflete que essa decisão outrora tomada rendeu frutos. Rendeu frutos porque por aqui passaram promotores de justiça, juiz de direito, que julgaram ouvindo, conhecendo a realidade da cidade, não porque leram no processo, mas porque aqui vivem e porque recebe o cidadão, a cidadã dos municípios de Turvo, de Ermo, de Jacinto Machado e de Timbé do Sul. Tenho certeza disso, porque tenho presenciado no pouco tempo que estive aqui, o impacto que tem a decisão judicial tomada a partir de um conhecimento da realidade, um comprometimento real com o povo dessa terra.

Isso não porque o juiz de direito é competente, porque é, e não porque um dos promotores de justiça é muito competente e outro se esforça, porque assim também é, mas porque o povo daqui trabalha, o povo daqui faz valer os seus direitos e tem no Poder Judiciário, no Ministério Público, alguém que os escute, que efetiva de fato os seus direitos com o apoio da Polícia Militar, da Polícia Civil, dos prefeitos, do Poder Executivo, de cada agente público que se dedica a essa população.

Portanto, para além de agradecer por esses 70 anos, por prestar contas ao Poder Legislativo, pela decisão que foi tomada 70 anos atrás, mediante a instalação da Comarca, é um dia também de renovar os votos para que os próximos 70 anos sejam marcados pelo mesmo compromisso com o cidadão, com a cidadã, com cada pessoa que busca o atendimento do Ministério Público e do Poder Judiciário, como a minha diligente equipe fazia até 7 horas e alguns minutos com receio de se atrasar por essa da cerimônia.

Esse é o compromisso assumido pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, diante da população da Comarca de Turvo. Que os próximos 70 anos sejam marcados por trabalho e compromisso com cada uma das senhoras e dos senhores. Muito obrigado! *[Transcrição: Guilherme]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) - Convido para fazer uso da palavra o senhor Desembargador Osmar Nunes Júnior, neste ato representando o senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Rubens Schulz.

O SR. DESEMBARGADOR OSMAR NUNES JÚNIOR – Cumprimento todas as autoridades da Mesa, aqui já apartadamente nominadas, mas faço um cumprimento especial aqui ao Deputado Tiago Zilli, parlamentar que admiro e que tenho orgulho de tê-lo como amigo. E outro cumprimento especial ao Dr. Manoel Donisete de Souza, que tanto orgulha também o Poder Judiciário.

Senhoras e senhores, trago de início um caloroso abraço e verdadeiro do meu dileto amigo, desembargador Rubens Schulz, presidente do egrégio Tribunal de Justiça, que não pode comparecer por outros motivos já assumidos, mas me honrou. Me honrou com essa missão de representá-lo nesta solenidade que celebra os 70 anos da instalação da Comarca de Turvo.

Permitam-me dizer e peço licença para me manifestar. Falar aqui hoje tem, para mim, um significado muito especial, pois trago comigo as raízes do sul do nosso Estado. Sou natural de Araranguá, saí daqui com 17 anos, mantenho as minhas origens, venho frequentemente para o Morro dos Conventos e tenho muito carinho por toda essa terra. E voltar aqui hoje é, de certa forma, voltar às minhas origens.

Chegando e entrando na cidade, lembrei da minha adolescência quando participávamos do Jerva, não sei se existe ainda hoje os Jogos Estudantis Regionais do Vale do Araranguá, que eram jogos anuais extremamente interessantes e acolhedores. Em cada ano era numa cidade: num ano era Araranguá, no outro em Turvo, Sombrio. E os atletas, nós atletas, ficávamos acolhidos em casas de famílias das respectivas cidades, que se inscreviam previamente. Então era um evento do ano. E o meu último Jerva foi onde, deputado? Na cidade de Turvo! Não lembro certamente a data, mas tenho na memória aqueles dias excelentes que passamos aqui. Eu me inscrevia em tudo, achava que era atleta: jogava vôlei, participava de tudo. E nesse último eu me inscrevi em salto em altura, lembrando daquilo. Fui participar de uma competição de salto em altura aqui em Turvo, no Jerva, na década de 70, ao meio-dia, um calor muito grande, eu tinha pulado no máximo 1,60 m, era um marco razoável para a época, e achei que era capaz de competir. Quando cheguei e vi meus adversários, tinha um de Sombrio que eu batia no ombro dele, e outro de Turvo, e pensei: acho que não era para eu estar aqui não. Daí começaram a disputa, colocando a régua em 1,60 m, que era o meu máximo. Eu pensei: vou perder na primeira, não posso, que vergonha. O primeiro pulou com facilidade, parecia que estava pulando no meio-fio. O segundo também. Eu pensei: tenho que pelo menos passar na primeira. Dei meu primeiro pulo, acho que bati no meio da régua, foi parar lá no Jacinto Machado, não deu certo. Na segunda tentativa, derrubei também. Fiz uma força extra, pulei, a régua bateu, bateu, bateu e ficou. Consegui passar naquela altura. Ainda assim, fui desclassificado na seguinte. Mas fui à final do tênis de mesa e ganhei a medalha de prata, que tenho guardada no meu gabinete até hoje, com muita honra e alegria.

Senhoras e senhores, o inverno nunca falha em se tornar primavera. A Comarca de Turvo não foi diferente. Uma história que começou lá em 24 de maio de 1956, fundada pela Lei n.º 1.171 de 1954, e que desde então se constrói com trabalho, dedicação e compromisso com a cidadania. É por esta terra que ensina desde cedo o valor da palavra empenhada, da vizinhança solidária e da justiça feita com sensibilidade e proximidade que estamos aqui hoje.

Celebrar a Comarca de Turvo é celebrar muito mais do que números ou marcos legais. É celebrar pessoas. É reconhecer histórias que transformaram instituições em referências.

Vejam, logo na sua instalação, como já dito, Turvo já dava um exemplo admirável ao Estado. A juíza Thereza Grisólia Tang, primeira mulher magistrada de Santa Catarina e primeira desembargadora, foi a primeira juíza da Comarca de Turvo. E lá naquela época, em 1956, isto não era apenas um fato, era um marco, um sinal de que essa comarca nascia com espírito de pioneirismo e coragem.

Não posso deixar de destacar aqui também o trabalho do atual diretor do Fórum, juiz Manoel Donisete de Souza, que atua na comarca desde 2011, algo raro e valioso em unidades de entrância inicial. Sua longevidade é prova de compromisso, e sua produtividade é reconhecida em todo o Estado. Aqui vai, então, um reconhecimento público: juiz Manoel, o senhor ajudou a escrever um capítulo moderno e eficiente na história desta comarca. Muito obrigado.

Aliás, a permanência prolongada de magistrados por aqui não é incomum. Talvez, penso eu, porque Turvo tenha esse jeito tão especial que faz as pessoas criarem vínculo, criarem raízes e aqui ficarem. Foi assim também com o juiz Roberto Marius Fávero, que marcou época com sua dedicação por quase uma década.

Mas nenhuma comarca existe isoladamente. Turvo é um ponto de referência para toda a região, atendendo também os municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Ermo. São comunidades que confiam na justiça como instrumento de paz social e que ajudam a construir diariamente essa trajetória de credibilidade. E olhando para tudo que foi construído, a sensação é de que essa comarca ainda tem muito pela frente, porque instituições fortes não se sustentam apenas no passado. Elas se reinventam, se adaptam e seguem servindo.

Aqui, senhoras e senhores, a justiça segue viva, próxima e eficiente, seja no atendimento presencial de outrora, seja no clique digital dos dias atuais. O objetivo permanece o mesmo: garantir direitos, promover equilíbrio e fazer justiça, a tão sonhada justiça.

E por isso, diante de momentos tão difíceis no país e no mundo, que nos alinhemos todos moralmente, porque a curva do universo moral é muito longa, mas certamente sempre se destinará à justiça.

Parabéns, Turvo. Parabéns a todos os juízes que passaram por aqui. Parabéns a todos os servidores, todos os homenageados de hoje. Parabéns aos que ajudaram ontem e aos que ajudam hoje. Muito obrigado e boa noite a todos! *[Transcrição: Jênifer]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) - Agradeço e registro a presença do senhor presidente da Cooperja, Vanir Zanatta; senhor vereador do município de Ermo, Daniel Borges; e todas as pessoas que estão presentes aqui.

Convido para fazer uso da palavra em nome da OAB o senhor advogado, Dr. Geraldo Machado Cota Júnior.

O SR. GERALDO MACHADO COTA JÚNIOR - Boa noite a todos! Cumprimento o desembargador Osmar Nunes Júnior, e em seu nome cumprimento todas as autoridades presentes.

Venho aqui falar como conselheiro estadual da OAB, como advogado militante nessa Comarca há 28 anos bem vividos e quando o Dr. Manoel falou em gratidão, eu me lembrei disso. Eu sou muito grato a Turvo e sou muito grato à existência da Comarca de Turvo que iniciou há 70 anos e que é uma casa de justiça onde toda a sociedade se sente representada. Hoje estou aqui como conselheiro da OAB, falo também pelo nosso presidente da Subseção de Turvo, Dr. Fábio, pela nossa presidente da Subseção de Sombrio, Dra. Mônica, antes nós fazíamos parte de Sombrio.

Fiquei muito feliz em ter lembrado e ter visto duas homenagens aqui: uma para o nosso advogado decano, acho que de todo o sul de Santa Catarina, se não me engano, o Dr. Etér, que tenho muito orgulho em ser seu colega, em ter atuado geralmente contra o Dr. Etér e às vezes, e muitas das vezes, acho que perdendo para o Dr. Etér, mas que é um espelho da justiça e da advocacia séria na nossa região. Da mesma forma, a homenagem ao Dr. Luiz Cirimbelli, que carinhosamente nós chamamos Dr. Luizinho Cirimbelli, que nos emociona muito como participantes do Grupo OAB.

Portanto, falando em nome desses ilustres advogados da nossa região, eu como um forasteiro mineiro que cheguei aqui, quero dizer que a advocacia é indispensável ao exercício da justiça. Ela está presente em nossa região, defendendo os direitos, defendendo a cidadania de todos vocês que estão aqui e foi um braço na construção dessa Comarca de Turvo ao longo de tantos anos. Esqueci de citar o Dr. Freitas, que foi o nosso primeiro advogado da Comarca, que muitos anos esteve aqui presente.

A advocacia, ela não se exerce sozinha, se exerce com um conjunto de pessoas, de mecanismos e de instituições. Então, a advocacia homenageia neste momento o Dr. Manoel, em seu nome, todos os juízes que passaram por nossa Comarca. Homenageia em nome de duas pessoas que eu quero citar como serventuários do Poder Judiciário, que eu tive a honra de poder trabalhar junto, debater, às vezes reclamar, que foram muito importantes na construção dessa parceria maravilhosa que existe entre AOB e o Poder Judiciário. Homenageio o Paulo Afonso Rovaris, na pessoa da Dona Leda; e a Ivone, que foi a escritã, que deu continuidade a essa importante atividade aqui no nosso Fórum. E assim estou homenageando a todos. Não temos como falar o nome de todo mundo, mas saibam que eu sou muito grato por existir a Comarca de Turvo que fez com que eu ficasse nessa terra maravilhosa. Sou grato a toda a sociedade de Turvo e quero dizer, em nome da OAB: podem contar sempre conosco.

Deputado Tiago Zilli, parabéns pela homenagem, merecida homenagem. Muito obrigado. *[Transcrição: Yasmim]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) - Dando prosseguimento, convido para fazer uso da palavra o senhor Prefeito do município de Turvo Heriberto Afonso Schmidt.

O SR. PREFEITO HERIBERTO AFONSO SCHMIDT - Boa noite a todos! Quero cumprimentar o senhor Deputado Estadual Tiago Zilli, que preside esta sessão. Tiago, obrigado por viver este momento histórico.

Cumprimento também o desembargador do Tribunal de Justiça, Osmar Nunes Júnior, que lembrou o Jerva - os Jogos Escolares da Região do Vale de Araranguá. Quando os jogos aconteciam em Turvo, que era a sede, as pessoas se hospedavam na casa das famílias durante três ou quatro dias. Quando eram em Araranguá, envolviam Araranguá, Sombrio e assim por diante. Mas o senhor me lembrou um detalhe importante: Turvo já se destacava no Colégio Servos de Maria, que recebia alunos de Turvo, Timbé do Sul, Meleiro, Jacinto Machado, Ermo, enfim, de toda região. Éramos muito fortes no esporte, criando uma rivalidade saudável entre Turvo e Araranguá. Quando íamos jogar em Araranguá, eles nos chamavam de "polenteiros". Então, começamos a chamá-los de "marisqueiros", porque Arroio do Sul pertencia ao município de Araranguá. Era uma realidade boa, doutor, uma disputa histórica que guardamos na memória com muito carinho. Eu também era atleta, jogava futebol de salão e vivíamos intensamente essa rivalidade esportiva principalmente entre Turvo e Araranguá.

Quero cumprimentar o querido Dr. Manoel, nosso comandante aqui da Comarca; o Dr. Felipe, promotor de justiça recém-chegado em nossa cidade, seja bem-vindo; além de todos os membros da Mesa e demais autoridades presentes.

Este Centro de Eventos Professora Iria Angeloni Carlessi recebe todos vocês de braços abertos. Para terem uma ideia, até dezembro não há mais vagas para solicitações de eventos neste espaço. Sediamos encontros regionais em diversas áreas. Outro dia, por exemplo, tivemos aqui um grande evento da agricultura. Enfim, temos muito orgulho de possuir um centro eventos capaz de receber toda a nossa região. E vocês estão aqui em Turvo, capital brasileira da mecanização agrícola. Isso demonstra a força do trabalho dos nossos agricultores.

Em nome de Paulo Afonso, *in memoriam*, quero saudar os funcionários do Fórum. Parabéns a todos vocês!

O Nestor Lodetti, foi o pioneiro e teve uma sólida carreira jurídica e empresarial. Formou-se e estabeleceu-se em Florianópolis. O segundo a se formar fui eu, mas me estabeleci em Turvo. Portanto, fui o primeiro advogado a abrir escritório aqui na Comarca de Turvo. Formei-me em Blumenau e iniciei minha trajetória profissional nesta cidade, algo de que tenho muito orgulho disso. Recém-formado, sem muita experiência, recebi apoio de Paulo Afonso e dos demais outros funcionários. que muito me ajudaram. Minha gratidão a todos vocês.

Doutor Manoel, Turvo possui uma história ligada ao Fórum, quero aproveitar este momento público para agradecer ao Tribunal de Justiça, ao Dr. Osmar e ao Dr. Manoel, pelo apoio dado ao nosso município. Hoje, o prédio abriga a sede principal da Prefeitura - e que passará a levar o nome do ex-prefeito Eduardo Otávio Teixeira, conforme aprovação da Câmara Municipal – foi doado pelo Tribunal de Justiça ao município de Turvo. Quero agradecer ao Tribunal de Justiça, à atuação do Dr. Manoel e ao Deputado Tiago Zilli, que intermediou esse processo.

E essa história vem de longe. A primeira casa em que um juiz fixou residência em Turvo foi adquirida pelo meu pai, Odir Schmidt, quando era prefeito, justamente para que o magistrado pudesse se estabelecer na cidade. Mais tarde, o Tribunal de Justiça devolveu o imóvel para o município, parece-me que foi no tempo do ex-prefeito Ronaldo Carlessi.

Depois, quando foi construído o novo Fórum, o antigo prédio foi definitivamente doado ao município e hoje abriga a sede da Prefeitura. Portanto, meu muito obrigado ao Tribunal de Justiça por todos esses momentos importantes da história da nossa cidade.

Deputado Tiago Zilli, muito obrigado por trazer este momento para Turvo, uma solenidade oficial tão importante para o nosso município. Sentimo-nos honrados e orgulhosos. Turvo abraça a todos que estão aqui: colegas prefeitos, vereadores, autoridades e toda a comunidade presente. Sejam todos muito bem-vindos à nossa cidade.

Aprendi, ainda nos bancos escolares, que o Direito é o bom senso e que a Justiça também é o bom senso. Por isso, agradeço a todos vocês que praticam a justiça: o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e todos os demais servidores e profissionais aqui presentes.

Muito obrigado, Deputado, mais uma vez, por proporcionar este importante momento para a nossa cidade. Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Tiago Zilli) - Senhoras e senhores, estamos chegando ao final da sessão. Quero agradecer a todos os funcionários da Assembleia Legislativa pelo serviço prestado, sempre realizado com excelência. Agradeço também ao Coral e a cada um de vocês que estiveram presentes nesta noite.

Quero dizer do orgulho que temos em representar, na Assembleia Legislativa, a nossa região, o nosso Judiciário, o nosso Fórum e reconhecer a importância de cada um de vocês.

Agradeço também a presença do Lions Club do município de Turvo, sempre realizando um trabalho excepcional, na pessoa do senhor Luizinho. Agradeço igualmente ao Rotary e a todas as demais entidades aqui presentes. Em nome do advogado Eduardo Rovaris, prestamos nossa homenagem e gratidão a Paulo Afonso, seu pai, que deixou uma bonita história. Acho que precisamos reconhecer isso, e este é o momento apropriado para fazê-lo. Foi justamente por esse motivo, Dr. Manoel, que realizamos esta homenagem: pelo trabalho de vocês.

Percebemos, cada vez mais, a importância da nossa Comarca e o respeito que ela possui, também representado na figura do desembargador Osmar Nunes Júnior, que posso dizer ser nosso amigo. Temos orgulho do seu conhecimento jurídico e da atenção com que sempre nos atende. Isso é o mais importante da vida: fazer o bem. Quero agradecer a cada pessoa que esteve aqui nesta noite e ao nosso gabinete, que ajudou na organização deste evento.

Aproveito para convidar todos vocês: na terça e na quarta-feira teremos a Sessão Itinerante em Araranguá, quando a Assembleia Legislativa estará presente no município. Durante esses dois dias, serão realizadas reuniões das comissões, votações e demais atividades legislativas. Quem puder participar e conhecer esse trabalho terá uma oportunidade muito bonita de aproximar a Assembleia Legislativa da nossa região.

Agradeço a todos e ao Governo do Estado pelos investimentos realizados aqui em nossa cidade.

Quero dizer ainda do orgulho que temos de ser turvenses e de defender este município, como costuma dizer o Dr. Manoel: “Turvo, viva a Comarca!” Que Deus abençoe cada um de vocês e suas famílias. Em nome do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, quero encerrar com uma frase de Eduardo Couture, que utilizei em minha monografia quando me formei:

“Teu dever é lutar pelo Direito; mas, se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça.” E é exatamente isso que vocês fazem com excelência.

Convido todos para visitarem o acervo preparado com toda a história da Comarca de Turvo. Muito obrigado pela presença de todos!

A Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Convoco sessão ordinária itinerante, para terça-feira, em horário regimental, no município de Araranguá. Após ouvirmos a interpretação do Hino de Turvo, composição do Padre Agenor Neves Marques e de Luiz Ângelo Cirimbelli, pelo Coral Frei Gregório, sob a regência do maestro Luiz Ângelo Cirimbelli, estará encerrada a sessão.

(Procede-se à interpretação do Hino.)

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Taquígrafia Rubia]* (Ata sem revisão dos oradores.)

COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 039-DL, DE 2025, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 26 de agosto de 2025, às 17 horas e 30 minutos, sob a presidência do Senhor Deputado Volnei Weber, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões nº 02 e por videoconferência, os Senhores Deputados membros da Comissão Mista: Deputado Adilson Girardi, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, Deputado José Marcos de Abreu - Marquito, Deputado Rodrigo Minotto e Deputado Maurício Peixer, substituindo o Deputado Ivan Naatz. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 2ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência Nº 039-DL, de 2024, com o objetivo de apreciar o Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental (APA) da Baleia Franca, submetendo à discussão e votação a ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado José Milton Scheffer, relator da Comissão Mista, para apresentação do relatório final, que manifestou-se, em sua conclusão, “pelo pronunciamento desta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em prol da devida revisão do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca, e pela adequação dos limites da APA da Baleia-Franca para excetuar do polígono descrito no art.2º do decreto de 14 de setembro de 2000, toda a faixa terrestre a partir da linha preamar e pela imediata suspensão dos cortes de energia elétrica nas propriedades atingidas, como medida de proteção social mínima enquanto não

houver solução definitiva para a situação jurídica e fundiária das áreas envolvidas". Aberta a discussão, foi concedida vista coletiva por 15 dias para que os membros possam analisar o relatório, com a manifestação favorável dos Senhores Deputados Marquito, Rodrigo Minotto e Adilson Girardi. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E para constar, eu, Luciana Garcia Winck, Gerente de Comissão, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão Mista

Processo SEI 26.0.000036015-4

_____ * * * _____

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 039-DL, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 19 de novembro de 2025, às 10 horas e 30 minutos, em cumprimento ao artigo 37 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Volnei Weber e Vice-Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Minotto, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Ivan Naatz e Deputado José Milton Scheffer. Ausência justificada do Deputado Emerson Stein, conforme Ofício Interno nº 2045040/2025. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência nº 039-DL, de 11 de dezembro de 2024, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 2ª Reunião Ordinária, que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou à palavra ao Senhor Deputado José Milton Scheffer para apresentação de breve complementação ao relatório final das atividades da Comissão. O Relator, ao cumprimentar o Senhor Presidente e os demais membros, apresentou síntese do relatório anteriormente exposto, recapitulando as ações desenvolvidas pela Comissão desde sua instituição, incluindo audiências públicas realizadas nos municípios de Jaguaruna e Imbituba, nas quais foram debatidos os principais conflitos entre a proteção ambiental e as ocupações humanas consolidadas na área da APA da Baleia Franca. Ato contínuo, o Senhor Deputado José Milton Scheffer expôs o voto complementar, destacando a necessidade de inclusão do Parecer nº 18/2025 da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Advocacia-Geral da União (AGU), referente à regularização fundiária urbana na área da APA. Relatou os diferentes entendimentos jurídicos apresentados pelos órgãos federais, bem como a conclusão da CGU no sentido de que a APA da Baleia Franca, ainda que sobreposta ao bioma Mata Atlântica, não representa impedimento absoluto à realização da REURB, desde que observados os requisitos legais e realizadas as adequações e compensações ambientais previstas na legislação. Ratificou os fundamentos do relatório anterior, agregando a manifestação favorável à adoção do referido parecer. Encerrada a leitura, o Senhor Presidente abriu a discussão. Não havendo quem quisesse discutir, colocou em votação o relatório final com o complemento apresentado pelo Relator, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente informou que o relatório e o voto final serão encaminhados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e aos órgãos competentes, juntamente com cópia integral das atas e do relatório final, para registro e subsídio a possíveis adequações relacionadas à APA da Baleia Franca. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais participantes e encerrou a reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck, Assessora Técnica- Administrativa, lavrei a presente Ata, que, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2025.

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão Mista Constituída pelo Ato da Presidência nº 039-DL, de 11 de dezembro de 2024

Processo SEI 26.0.000035989-0

_____ * * * _____

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023-DL, DE 2026

No dia 23 de junho de 2026, às 17 horas, em cumprimento ao artigo 37 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões nº 02 e por videoconferência, os Senhores Deputados membros da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência nº 023-DL, de 2026, destinada a discutir a prevenção e mitigação dos impactos decorrentes do fenômeno El Niño

no Estado de Santa Catarina. Sob a condução inicial do Senhor Deputado Volnei Weber, estiveram presentes os Senhores Deputados: Deputado Alex Brasil, Deputado Camilo Martins, Deputado Marquito, Deputado Matheus Cadorin, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Sérgio Guimarães e Deputado Volnei Weber. Havendo quórum regimental, o Senhor Deputado Volnei Weber declarou abertos os trabalhos da reunião de instalação da Comissão Mista constituída para discutir a prevenção e mitigação dos impactos decorrentes do fenômeno El Niño no Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 37 do Regimento Interno e do Ato da Presidência nº 023-DL, de 2026. Ato seguinte, foram abertas as inscrições para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão. Com a palavra, o Deputado Alex Brasil apresentou chapa composta por seu nome para a Presidência, pelo Deputado Sérgio Guimarães para a Vice-Presidência e pelo Deputado Matheus Cadorin para a Relatoria. Em seguida, manifestaram-se os Deputados Sérgio Guimarães e Napoleão Bernardes, registrando apoio à composição apresentada e destacando a relevância dos trabalhos da Comissão para o enfrentamento preventivo dos impactos do fenômeno climático. Não havendo apresentação de outras chapas, o Senhor Deputado Volnei Weber submeteu a chapa à discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Em razão do resultado, foram declarados eleitos para os respectivos cargos o Deputado Alex Brasil, Presidente; o Deputado Sérgio Guimarães, Vice-Presidente; e o Deputado Matheus Cadorin, Relator da Comissão. Na sequência, o Deputado Volnei Weber transmitiu a condução dos trabalhos ao Presidente eleito, Deputado Alex Brasil, que agradeceu a confiança dos membros da Comissão e ressaltou a importância do trabalho conjunto entre os Poderes e os entes federativos na adoção de medidas preventivas relacionadas aos possíveis impactos do fenômeno El Niño. Prosseguindo, o Senhor Presidente facultou a palavra aos membros da Comissão. Com a palavra, o Deputado Sérgio Guimarães destacou a necessidade de atuação preventiva dos órgãos públicos, registrando a importância dos debates realizados no âmbito da Assembleia Legislativa e defendendo a realização de ações conjuntas voltadas à mitigação dos impactos climáticos nos municípios catarinenses. Posteriormente, o Senhor Presidente submeteu à apreciação requerimento de sua autoria, com fundamento nos artigos 133, § 3º, e 71, incisos VII e XIII, do Regimento Interno, requerendo a realização de reunião ordinária da Comissão Mista, em data e horário a serem definidos, bem como a expedição de convite ao Senhor Fabiano de Souza, Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina, para prestar informações e esclarecimentos acerca das medidas adotadas para prevenção e mitigação dos impactos decorrentes do fenômeno El Niño no Estado de Santa Catarina. Posto em discussão e votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, ficando inicialmente indicada a data de 25 de junho de 2026, às 15 horas, para realização da reunião, condicionada à confirmação da autoridade convidada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais participantes, e encerrou a reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck, Gerente de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2026

Deputado **Alex Brasil**

Presidente da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência nº 023-DL, de 2026

Processo SEI 26.0.000036004-9

* * *

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023-DL, DE 2026, PARA TRATAR DA PREVENÇÃO E DA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS CLIMÁTICOS DECORRENTES DO FENÔMENO EL NIÑO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA DE MANEIRA HÍBRIDA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2026, ÀS 15H, NA SALA DE REUNIÕES Nº 01, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Boa tarde a todos.

Agradeço a presença dos deputados Matheus Cadorin, Mário Motta, Sérgio Guimarães e Napoleão Bernardes, bem como do nosso Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina, coronel Fabiano de Souza, assim como do deputado Camilo Martins, que participa de maneira on-line.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência nº 023, de 2026, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Início a nossa reunião colocando em discussão e votação a ata da reunião de instalação desta Comissão Mista, já distribuída previamente aos senhores deputados-membros.

Em discussão. (pausa)

Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação.

Os favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata da reunião anterior.

Ordem do dia: discussão e votação do requerimento que esta presidência apresenta solicitando “a expedição de convite aos representantes das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina: AMAI, AMARP, AMAUC, AMAVI, AMEOSC, AMERIOS, AMESC, AMFRI, AMMOC, AMNOROESTE, AMOSC, AMPLANORTE, AMPLASC, AMREC, AMUNESC, AMURC, AMUREL, AMURES, AMVALI, AMVE e GRANFPOLIS, para participarem de reunião desta Comissão Mista, em data e horário a serem definidos oportunamente, com o objetivo de apresentar as principais demandas, desafios, experiências e ações desenvolvidas pelos municípios no enfrentamento de eventos climáticos extremos, contribuindo para subsidiar os trabalhos da Comissão e para o aperfeiçoamento das políticas públicas estaduais voltadas à prevenção.”

Em discussão o requerimento de minha autoria. (pausa)

Não havendo quem o queira discutir, coloco-o em votação.

Os favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado o Requerimento 0146, de 2026.

Deputado Matheus Cadorin com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — O senhor incluiu a Federação das Câmaras Municipais de Santa Catarina (Uvesc) nesta convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — São todas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — Uvesc. Aqui estão somente a dos municípios, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Ah, sim, dos vereadores também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — É uma sugestão, acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Podemos incluir.

Em discussão a proposição do deputado Matheus Cadorin.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — Só justificando, presidente.

Eu entendo que o nosso trabalho aqui será de diagnóstico e de compreender quais são as nossas ferramentas, como Legislativo, para ajudar. Mas a ação mesmo será feita pelas prefeituras, com o auxílio da Defesa Civil do Estado, porque nós não temos braço para cuidar de todas as prefeituras do Estado.

Então, acho que a Uvesc, neste sentido, pode ser uma excelente parceira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Ótima contribuição, deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Senhor presidente, já que estamos com essa preocupação de atingir o máximo, talvez a Fecam, a Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Excelente contribuição também.

Em discussão as propostas. (pausa)

Não havendo quem as queira discutir, colocamos em votação a inclusão da Uvesc e da Fecam para também serem convidadas a participar dessa nossa próxima reunião.

Os favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado o requerimento, com a inclusão dessas duas contribuições.

Seguindo com a pauta e atendendo ao requerimento aprovado em reunião no dia 23 de junho de 2026, passo a palavra para o secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, o coronel Fabiano de Souza, para prestar informações e esclarecimentos acerca das medidas adotadas em relação à prevenção e à mitigação dos impactos decorrentes do El Niño.

Ressalto, também, que além desta Comissão Mista, a nossa Bancada da Grande Florianópolis já havia oficiado ao nosso secretário para que ele comparecesse [a esta Casa]. E agora, unificando esforços, temos a grata presença do secretário, que vai contribuir para melhor ilustrar e informar os catarinenses sobre as providências que vêm sendo tomadas.

Antes, porém, cumprimento o deputado Volnei Weber, que acabou de entrar de maneira on-line e acompanha a nossa reunião.

Com a palavra o nosso secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, coronel Fabiano de Souza.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) —Senhores deputados, inicialmente quero cumprimentar o presidente desta comissão, deputado Alex Brasil; o deputado Sérgio Guimarães, o deputado Matheus Cadorin, o deputado Mário Motta, o deputado Napoleão, o deputado Camilo, o deputado Volnei, os demais integrantes e os amigos que nos assistem pela TV Alesc.

É uma honra enorme, presidente, estar nesta Casa no dia de hoje; e voltarei quantas vezes forem necessárias para prestar qualquer tipo de esclarecimento e sanar dúvidas que possam surgir.

Trouxe uma apresentação, que deixarei disponível para todos, a fim de passarmos as informações de maneira mais didática e objetiva. Tentarei ser o mais rápido e objetivo possível para evoluirmos, porque acredito que o debate seja até mais interessante.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Uma rápida explanação. Já que estamos falando sobre o El Niño, é importante mencionarmos que no início de junho a NOAA, que é a agência oceanográfica americana e o maior instituto de pesquisa climática do mundo, confirmou o que já vinha sendo esperado: que nós vivenciaremos novamente o El Niño em 2026.

É importante fazer este comentário, porque eu já venho ressaltando isso há bastante tempo, sempre que converso sobre esse assunto.

Sempre trago o lado positivo de discutirmos o El Niño. Ele, sem dúvida nenhuma, aumenta o risco e, portanto, a probabilidade e a gravidade de fenômenos climáticos ou, mais precisamente, de desastres. Mas Santa Catarina é suscetível e vulnerável a essas ocorrências, independentemente do El Niño.

Vou fazer algumas ponderações, de maneira muito rápida.

Em 1983 ocorreu um dos maiores desastres em Santa Catarina. A região de Blumenau sabe bem disso, pois foram 65 óbitos à época. Era El Niño. Em 1984 nós tivemos também um grande desastre no Vale do Itajaí, e para alguns moradores da região, a cota foi até superior à de 1983. O fenômeno climático era La Niña, e a La Niña é o oposto do El Niño, ou seja, chuva abaixo da média mensal de precipitação. Em 2008 ocorreu o maior desastre no Estado, e era La Niña. Ao mesmo tempo em que tínhamos inundações no litoral, vivíamos estiagem no oeste catarinense, e o fenômeno era o La Niña.

Santa Catarina independe do fenômeno climático. O que é preponderante para a ocorrência de um desastre é que uma chuva volumosa precipite em pouco tempo. Então, independentemente de ser período neutro, La Niña ou El Niño, se a chuva for volumosa e precipitar em poucas horas, nós teremos a ocorrência de desastres, no mínimo alagamentos urbanos, mas teremos.

Bom, mas o fato é que a consequência do El Niño não é o desastre. Isso é bom que se frise. O El Niño traz como consequência o aumento das chuvas, ou seja, um volume de precipitação superior à média histórica.

Vou dar um exemplo para ficar mais fácil. Se num determinado mês a chuva é de 200 milímetros, historicamente, em anos de El Niño, ela pode chegar a 220, 230 ou 240 milímetros, sendo que em anos de La Niña fica em 170 ou 180 milímetros, ou seja, abaixo da média histórica.

A consequência do El Niño é chuva e temperatura acima da média. Isso não significa que não tenhamos um inverno rigoroso — hoje foi o dia mais frio do ano, por exemplo —, mas a tendência é que esse frio dure menos tempo e que a temperatura seja superior à média.

Se essa chuva apresentada for volumosa e ocorrer em pouco tempo, nós poderemos ter, como consequência, eventos extremos: inundação, alagamento e deslizamento, que são desastres tipicamente provocados pelo excesso de chuva.

Portanto, o que é importante deixar claro é que El Niño não é sinônimo de desastre, é sinônimo de chuva acima da média. Se essa chuva for concentrada, aí, sim, eu posso ter um desastre.

Trago aqui alguns pontos e alguns gráficos sobre o que aconteceu ao longo dos anos, ao longo da década. Na história recente de Santa Catarina, há momentos em que vivenciamos El Niño, momentos em que vivenciamos La Niña e período de neutralidade.

Tudo o que está na cor azul foram anos de La Niña e tudo que está em vermelho, acima da linha média, corresponde aos períodos em que vivenciamos o El Niño. (Aponta para o gráfico.) Tudo o que está exatamente próximo da linha mediana corresponde ao chamado período de neutralidade.

Por que é importante destacarmos esse gráfico? Novamente, o El Niño preocupa, aumenta o risco e a possibilidade de ocorrência de desastres, mas esse gráfico é interessante porque mostra o seguinte: lá no final nós temos a previsão de 2026 e, pelo pico, tudo leva a crer que teremos um El Niño de alta intensidade, o que alguns já classificam de extremo, enfim.

Se notarem, em 2015 tivemos algo parecido, do ponto de vista climatológico. Os eventos de 2015 foram alguns dos El Niños mais fortes que vivenciamos — o de 1997 também — e esse gráfico (Aponta para a imagem.) corrobora o que eu falei anteriormente. Em 2023 o El Niño não foi tão forte, foi de média intensidade, mas o desastre foi muito, muito superior ao ocorrido em 2015, quando tivemos um El Niño de alta intensidade, e absurdamente maior do que o de 1997, do qual praticamente não há registro de problemas em Santa Catarina, embora tenha sido um El Niño de alta intensidade.

Portanto, não é a intensidade do El Niño que vai definir a gravidade do problema. Repito, 2015 foi de alta intensidade, tivemos problemas e inundações no Vale do Itajaí, mas que não foram tão intensas quanto em 2023. Em 2023 tivemos 70% dos municípios com decretação de situação anormal, foram aproximadamente 210 municípios que decretaram ou situação de emergência ou calamidade pública.

Somente para terem uma ideia da expectativa de gravidade, o El Niño é caracterizado pelo aumento da temperatura das águas do Pacífico Equatorial, bem no meio do mapa. Se notarmos, puxando aquele gráfico anterior à memória, 2015 era de alta intensidade; notem que a linha daquele ano é bem inferior em termos de temperatura do que estamos agora, do que foi presenciado em 2023 e do que estamos experimentando hoje, em 2026, sendo o maior índice o de maio. Notem que a temperatura é bem superior.

O que tudo indica, conforme publicação da NOAA, é que em 2026, no dia de hoje, teremos 63% de probabilidade de El Niño de alta intensidade. Novamente: alta intensidade não significa desastre de alta complexidade, mas, sem dúvida nenhuma, aumenta o risco e a probabilidade dele.

Eu vou passar direto para avançarmos um pouco, só para caracterizar que para o sul do continente há excesso de chuva e, ao mesmo tempo, para a região central e norte do país é estiagem.

Quero colocar o que vem sendo feito em Santa Catarina. O que já foi destacado, voltando à minha fala inicial, é que o Estado independe da ocorrência do El Niño para ter desastres, porque sempre temos desastres aqui. Vamos pontuar quais são as ações especificamente voltadas para o fenômeno, mas é importante destacarmos o que já foi feito até agora e que, novamente, independe do El Niño.

Passarei de maneira muito rápida. Uma das ações que eu considero principal, e aí trabalhando as futuras gerações, é todo o investimento feito na questão educacional, tudo o que envolve o Programa Defesa Civil na Escola. Ao longo desses três anos e meio investimos R\$ 22,1 milhões de recursos nessa ação. [Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Revisão: Vera Regina Zacca]

Quanto ao simulado contra desastres, nós fizemos dois bem recentes: um no ano passado e outro neste ano. E, para que tenham uma ideia, no simulado realizado no mês de março, apenas um município não participou. Todos os outros de Santa Catarina participaram.

Sobre a nossa Rede Integrada de Alerta e Monitoramento, se quiserem eu posso detalhar um pouco mais. Talvez o mais interessante seja apenas mencionar que em 2023 nós tínhamos 42 estações hidrometeorológicas próprias da Secretaria, que foram expandidas para 172 ao longo desse período, e nós temos, ainda, parceria com outros órgãos que possuem uma rede de sensoriamento e monitoramento bastante vasta no Estado de Santa Catarina. Vou citar alguns aqui: Epagri, Cemaden, ANA, enfim, e outros que têm sensores que utilizamos. Mas destaco a expansão da rede de monitoramento, de 42 para 172 estações hidrometeorológicas próprias, e esse número vem avançando.

Fortalecimento dos municípios: 100% dos municípios, sendo 215 com entrega direta pela Secretaria e outros 80 por meio de convênio, receberam ou estão — os de convênio — em vias de completar a aquisição de viaturas 4x4, drones, notebooks, tablets e TVs, para terem uma conexão direta com os nossos sistemas de monitoramento, além das viaturas para conseguirem exercer o seu trabalho. Dos 295 municípios, todos foram atendidos, todos receberam. Novamente, 215 de maneira direta, com todos os equipamentos entregues para os municípios, e 80 por meio de convênio.

A estiagem é um dos grandes e principais desastres em Santa Catarina, principalmente para a região Oeste. Foram entregues 112 caminhões-pipa e outros 100 estão, agora, em processo licitatório para aquisição e entrega. Por conta do

calendário eleitoral, evidentemente, não serão entregues neste ano, mas assim que iniciar o próximo exercício, os caminhões serão entregues. E a nossa meta é chegar também aos 295 municípios.

Esse tipo de caminhão serve tanto para estiagem, principal motivo da sua aquisição, para o abastecimento de água, mas também para atender as consequências de desastres do tipo inundação, principalmente na limpeza urbana. Não é o principal objetivo, mas ele consegue realizar ações mais leves de limpeza da drenagem urbana. Entretanto, não é a principal finalidade desse veículo.

Entregas de pontes, pontes de concreto e também de cabeceiras. Hoje, essa é uma das maiores demandas da Secretaria, com muitos municípios buscando a entrega de pontes.

Só fazendo um parêntese: eu sempre comento que ponte é dignidade e qualidade de vida. Tente imaginar, numa situação de desastre, uma comunidade isolada porque uma ponte, um pontilhão de madeira, foi levado por uma enxurrada. A ponte permite o acesso ao sistema educacional, ao sistema de saúde e aos serviços de emergência, além de fazer com que a comunidade não fique isolada. E ainda tem uma consequência direta, mas que não é prioritária, como, por exemplo, o escoamento da produção, a melhoria da mobilidade. Enfim, há uma série de questões nas quais a ponte acaba sendo uma ação importante da Secretaria. Como eu falei, pontes e cabeceiras, hoje, caminham em conjunto.

Sobre a modernização de barragens existentes, vou falar rapidamente — depois eu sei que o deputado Napoleão tem algumas perguntas a fazer sobre as barragens. A barragem de Ituporanga está com a sua reforma concluída e 100% operacional, com todo o seu sistema automatizado. Hoje, a operação é realizada a partir de Florianópolis.

A barragem de José Boiteux está com a manutenção emergencial em andamento. Eu digo que essa manutenção é emergencial porque tem como objetivo recuperar a sua capacidade operacional. Ela possui duas comportas: uma está operacional e a outra não. Então, essa reforma que está em andamento é para recuperar plenamente essa capacidade operacional.

A barragem de Taió está 100% operacional e há um processo licitatório em andamento para passar pelo mesmo processo pela qual passou a barragem de Ituporanga, que é um processo complexo e oneroso. Só a título de exemplo, em Ituporanga foram substituídas todas as comportas, Taió passará pelo mesmo processo e, mais à frente, José Boiteux também passará por esse processo, mas isso ainda vai demorar um pouco mais.

Sobre a construção de novas barragens, existe a previsão, nos estudos da Jica, de construção de oito barragens, sendo que três delas estão bem adiantadas. A de Mirim Doce, na qual estamos discutindo, tecnicamente, com o Tribunal de Contas a viabilização da construção dessa barragem o quanto antes — o processo licitatório foi inicialmente lançado em 2024, suspenso e relançado em 2026 —, ainda tem algumas discussões técnicas em andamento, mas imagino que, nas próximas semanas, isso deva estar resolvido. A barragem de Botuverá está com o edital já publicado, na fase de habilitação das empresas, sendo a que está mais adiantada hoje, e a barragem de Petrolândia está na fase final de ajustes técnicos para o lançamento do edital de licitação, muito provavelmente no mês que vem ou no mês de agosto.

Outra barragem que está um pouco mais adiantada é a de Braço do Trombudo, que está em análise técnica já mais avançada na Secretaria. Temos outras quatro barragens, ainda muito incipientes e com as etapas preliminares a serem cumpridas, como audiência pública, enfim. São duas em Pouso Redondo e duas em Agrolândia.

O desassoreamento, hoje, assim como pontes e cabeceiras, é uma das grandes demandas da Secretaria. Essas são as intervenções diretas realizadas pela Proteção e Defesas Civil: quatro ações focadas no município de Rio do Sul, outra no município de Lontras, outras duas em Taió e mais uma em Rio do Oeste. Novamente, trata-se de execução própria da Secretaria. Se fizermos o somatório, chegaremos próximo da casa de R\$ 100 milhões envolvidos em processos licitatórios diretos da Secretaria. Além disso, outros 48 convênios estão em execução com os municípios.

Essa apresentação está um pouco desatualizada, porque esse gráfico já melhorou um pouco. (Aponta para a imagem.) O que está na cor verde corresponde às ações já executadas, ou seja, aos repasses já foram feitos e concluídos pelo município. O que está em amarelo é o que está em execução pelos municípios e o que está em vermelho corresponde aos convênios em vias de serem assinados. Mas, como eu disse, alguns deles já devem ter sido concluídos, até por conta do calendário eleitoral, para iniciar uma execução dentro em breve.

Portanto, nessa ação são 48 convênios municipais, envolvendo R\$ 227 milhões em investimento e totalizando cerca de 350 quilômetros de trechos de rios desassoreados ou limpos.

Não podemos desconsiderar que tudo o que estamos falando agora é prevenção de desastres, são ações que antecipam os problemas. Mas, como eu falei, desastres acontecem em Santa Catarina e não podemos desconsiderar a capacidade operacional de resposta, que hoje coloca o Estado de Santa Catarina à frente de qualquer outro estado do Brasil.

A assistência humanitária em Santa Catarina, hoje, tem capacidade operacional para entregar produtos humanitários em menos de 24 horas. É importante ponderar, deputado Napoleão, que hoje, se o município decretar situação de emergência, qualquer item de assistência humanitária — higiene, limpeza, alimentação, acomodação — é entregue em menos de 24 horas.

Vou antecipar uma ação específica relacionada ao El Niño. Se muitos municípios decretarem situação de emergência ao mesmo tempo, essa capacidade se esgota, e não é uma realidade futura possível. Então hoje, por conta do El Niño — depois eu vou passar por isso um pouco mais rapidamente —, estamos abastecendo os nossos centros logísticos com itens de assistência humanitária não perecível. Temos, hoje, dois centros operacionais: um em Herval d'Oeste/Joaçaba e outro em Rio do Sul.

Então nós estamos começando a fazer aquisições para formar um estoque de assistência humanitária não perecível, porque se houver um número muito alto de decretações, não perderemos essa capacidade de entregar assistência humanitária em pouco tempo.

Porém, como eu falei, se poucos municípios decretarem situação de emergência e solicitarem à Secretaria, essa entrega ocorre em menos de 24 horas. Nesses itens de assistência humanitária, de 2023 até maio de 2026, foram investidos R\$ 40,8 milhões.

E nessa imagem há duas distinções. Uma delas é a de itens distribuídos em eventos súbitos, do tipo enchente e tempestades, e a outra é de estiagem e seca. Em enchentes e tempestades, 162 municípios foram atendidos e, em estiagem e seca, foram 62 municípios. Ali embaixo (Aponta para a imagem.) estão alguns itens com os quais atuamos em cada um desse tipo de desastre.

Ações de prevenção específicas voltadas para o El Niño. No dia 18 de maio foi assinado o decreto de alerta climático e talvez aqui esteja a maior ponderação que precisamos fazer, até porque isso despertou a preocupação do Tribunal de Contas. Eu sei que é uma questão que envolve prefeituras, e é importante destacar isso aqui, porque nos próximos dias encaminharemos uma nota técnica para a Fecam para que seja distribuída a todos os municípios.

O decreto de alerta climático não é decreto emergencial e não implica dizer que tenho a possibilidade legal de fazer aquisições diretas à luz da lei de licitações. Não posso considerar um evento futuro e provável como fático, e a lei não permite isso.

Estou comentando isso de maneira muito clara porque alguns municípios estão interpretando que o decreto de alerta climático permite fazer tudo emergencial. Na verdade, pelo momento que estamos vivendo, o objetivo do decreto de alerta climático é preparatório e preventivo, porque tenho que antecipar as ações para mitigar os efeitos de um desastre e fazer um bom planejamento de enfrentamento ao El Niño. É para isso que serve o decreto. Ele não dispensa licença ambiental, não confere direitos, muito menos a obrigação de utilizar aquisições diretas ou dispensa de licitação para a aquisição de produtos não emergenciais.

Ele pode vir a ser emergencial diante da ocorrência de um desastre, com a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Tudo o que foi feito agora não é emergencial e há tempo para realizar todas as ações preparatórias imprescindíveis à mitigação dos efeitos do desastre.

Nesse ponto, foi desencadeada a Operação Primavera. Não vou citar todas as ações, mas destaco alguns dos principais itens da ação: capacitação das equipes municipais. A nossa equipe da Secretaria está percorrendo o Estado e fazendo uma série de capacitações sobre o planejamento, principalmente sobre plano de contingência para o enfrentamento de qualquer tipo de desastre, mormente aqueles que podem decorrer do El Niño. Então, isso está em operação e está sendo desencadeado, repito, em todas as regiões do estado.

Agora, no próximo dia 17 de julho, nós teremos um workshop específico sobre o El Niño. Por que esse workshop foi preparado e planejado para julho? Eu comentei inicialmente que a NOAA se manifestou, agora de maneira pública, sobre a ocorrência do El Niño. Nós entramos no inverno e todos os modelos meteorológicos que fazem uma análise preditiva sobre o período climático para os próximos três meses tornam-se mais assertivos durante o verão ou o inverno. Tudo o que

aconteceu até o início do inverno, obviamente, era uma previsão, uma situação que estava se desencadeando e rumando para acontecer, mas, quanto mais distante, menor é a precisão da informação.

Então ele foi planejado para o dia 17 de julho, porque já haveria a confirmação da NOAA e os modelos meteorológicos já nos forneceriam uma visão mais clara do volume de chuva previsto por trimestre.

Novamente eu falo: eu não tenho como afirmar, neste momento, qual será exatamente o volume, qual será a localização dessa chuva ou quais serão as suas consequências. Isso conseguiremos fazer com o monitoramento meteorológico e não o climático. O climatológico indica tendência; o meteorológico trabalha com poucos dias de antecedência e, por isso, é mais preditivo, aproximando-se mais da realidade.

O workshop vai envolver técnicos dos diversos setores e órgãos de meteorologia, inclusive academia, além de diversos outros órgãos, que vão discutir sobre o potencial do El Niño e de chuvas para o próximo período, pelo menos para os próximos trimestres.

Eu já mencionei os centros logísticos temporários. Estamos fazendo a reestruturação deles e começando a trabalhar na ampliação e na eficiência, com empilhadeiras, estoque, enfim. Tudo isso está sendo organizado e é fruto do decreto de alerta climático. [Transcrição e Revisão: Vera Regina Zacca]

Eu poderia colocar aqui inúmeros pontos do decreto de alerta climático, mas destacarei os principais: primeiro, a instituição de um comitê de gestão de crise envolvendo todas as secretarias de governo, a fim de que cada uma faça o plano de contingência institucional. E com a reunião desses planos de contingência nós teremos, ao final, um produto que será o plano de contingência do Estado para o enfrentamento especificamente do El Niño.

Para isso, neste momento todas as secretarias estão levantando quais serviços públicos podem ser afetados por um desastre em consequência do El Niño e quais as obras podem ser afetadas. Citarei um exemplo: temos uma vulnerabilidade na unidade prisional de Tubarão. Então, é muito melhor fazermos todo esse planejamento de uma necessidade futura — talvez de evacuação daquela unidade — antes do problema acontecer, do que durante uma inundação prever qual estrutura colocará para a realocação de todos os integrantes daquela unidade prisional.

Temos, por exemplo, unidades hospitalares que podem ser afetadas por deslizamento ou por inundação. Qual é o planejamento da Secretaria da Saúde para recuperar a capacidade do sistema de saúde daquela área que pode ser afetada?

Além disso, estamos fazendo toda uma mobilização com os municípios. Se notarem o artigo 11, do decreto, que fala sobre a questão dos municípios, ele traz uma série de medidas, muitas delas já previstas legalmente, como, por exemplo, a atualização de plano diretor e a atualização do plano de contingência, e outras que são sugestões para as quais o Estado está sendo parceiro no encaminhamento de recursos ou de equipamentos para que eles façam, por exemplo, limpeza da drenagem urbana, limpeza de rios e ribeirões e por aí vai. Além de uma série de ações que envolvem também os municípios.

Um último destaque para o decreto de alerta climático. Existem instruções normativas federais que regulam a decretação de situação de emergência ou de calamidade pública por parte do município e mostram quais são os requisitos que precisam ser concluídos e inseridos no sistema chamado S2ID, que é o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, com os prazos que os municípios têm para fazer isso.

Diante da gravidade que pode advir do fenômeno El Niño, o decreto estabeleceu alguns gatilhos que o Estado poderia utilizar para homologar de maneira sumária e antecipada a ocorrência no município. Para isso impõe à Secretaria o prazo de 24 horas para fazer essa análise e à Casa Civil outras 24 horas para fazer essa análise.

Então, o Estado já está espremendo tudo o que é possível para ter uma homologação o mais rápido possível, porque de acordo com a lei, o Estado somente poderia atuar financeiramente em apoio ao município, já que a nossa obrigação é complementar — de acordo com o artigo 7º, da Lei 12.608, que estabelece a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil — após a decretação do município ou a homologação pelo governador.

Então, estamos, de maneira sumária ou muito acelerada, fazendo toda a estruturação procedimental, tanto na Proteção e Defesa Civil quanto na Casa Civil, para abreviar esse tempo.

Para que tenham uma ideia, de acordo com a instrução normativa do governo federal, o município tem dez dias para decretar a situação de emergência em eventos súbitos. E boa parte deles chega próximo desse prazo. E estamos colocando que, independente do prazo que o município tenha, o Estado tem 48 horas para tocar toda a sua estrutura de homologação. Então, estamos agora estruturando em toda a preparação para se fazer isso.

Quais as missões do Comitê Gestor da Crise (CGC), que não mencionarei porque deixarei essa apresentação, mas envolve, inclusive, pré-posicionamento de equipes, principalmente para localidades mais vulneráveis e que, eventualmente, possam ficar isoladas diante do evento. Eu cito, por exemplo, o Alto Vale. Dependendo do nível do rio Itajaí-Açu, no município de Aurora há um bloqueio de pista da SC; em Agronômica há um bloqueio de pista da BR-470 e em Lontras tem outro bloqueio de pista. Ou seja, vários municípios ali ficam isolados. Então, o pré-posicionamento de equipes é algo que estamos estudando.

E aqui (Mostra a imagem.) é somente um exemplo do que passamos para cada estrutura do governo, do que preliminarmente eles deveriam fazer. Por exemplo, o Corpo de Bombeiros: treinamentos e simulados focados em inundação e deslizamento.

No mês de junho tivemos um simulado conjunto entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, lá no Rio Grande do Sul. No dia 15 de julho teremos em Santa Catarina, na cidade de Blumenau, um evento conjunto entre Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul focado em inundações e deslizamentos. E no mês de agosto teremos no Paraná um exercício conjunto entre Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, focado em outra área, porque é mais uma demanda do Paraná, que é incêndio florestal. Mas em julho será em Santa Catarina o simulado e treinamento do Corpo de Bombeiros.

Isso é somente um exemplo, porque passamos para várias áreas uma série de atuações que eles poderiam implementar, realizar, de modo a preparar toda a estrutura de governo para o enfrentamento das possíveis consequências de um El Niño.

Senhores deputados, fico por aqui e à disposição para dirimir alguma dúvida. Como falei, presidente, a apresentação ficará disponível e estava focada no Comitê de Gestão de Crise, tendo sido elaborada no mês de maio.

Se preciso for, fico à disposição para voltar quantas vezes forem necessárias para quaisquer esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Obrigado, secretário. Foram excelentes esclarecimentos.

Antes de passar a palavra aos colegas, gostaria de esclarecimento sobre um ponto. Eu não sei se entendi direito, mas não quis interrompê-lo.

Naquele gráfico que tu mostras comparativos entre os anos anteriores com o de 2026, ficou bem explicado que não significa que este ano será o pior dos mundos em termos de catástrofe, já que ocorreram situações onde o El Niño foi maior e a catástrofe foi bem menor. Mas dá para dizer — eu entendi, mas até então era um pouco complexo para mim — que há diferença da previsão meteorológica com a climática.

Sobre os estudos anteriores, é possível prever que a tendência, se for para haver momentos piores, seria com a entrada da primavera, em setembro, quando seria o ápice? Até lá está relativamente tranquilo ou não, poderemos ser surpreendidos antes do previsto?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Deputado, essa é uma excelente pergunta.

Já começamos a sentir os efeitos do El Niño a partir de agora, e digo novamente, com chuva acima da média. O momento mais crítico é a primavera, porque, naturalmente, é o período mais chuvoso em Santa Catarina. Isso significa que o final de setembro, mas principalmente outubro e novembro, é a expectativa dos maiores volumes.

Isso significa que o desastre acontecerá somente em outubro e novembro? Não necessariamente. Podemos ter um evento no mês que vem, em julho, ou pode ter em agosto, durante o período de El Niño, porque, como eu disse, independe, na essência, da ocorrência do fenômeno climático El Niño. Se tivermos chuva volumosa em pouco tempo, teremos um desastre. Mas a consequência de maior volume de chuva previsto é para a primavera, especialmente nos meses de outubro, novembro e início de dezembro.

Apenas a título de exemplo, em 2023 vivenciamos o El Niño. No mês de setembro a chuva se concentrou no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. Em setembro já tivemos óbito no Rio Grande do Sul. Em outubro e novembro foi em Santa Catarina, naquele ano. E no final, já saindo do El Niño, em abril ou maio do ano seguinte, voltou a ser no Rio Grande do Sul.

Então, os volumes maiores de chuva que prevemos, e o que consideramos mais crítico, são para outubro, novembro e dezembro, mas isso não exclui a possibilidade de ocorrência de desastres em outros meses, a exemplo do que eu acabei de citar, que no Rio Grande do Sul foi em setembro de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Muito obrigado.

Com a palavra o nosso vice-presidente da Comissão, deputado Sérgio Guimarães. Na sequência, falarão os demais colegas.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — Boa tarde, secretário, presidente e demais colegas.

Secretário, primeiramente, obrigado por sua vinda.

Eu já falei duas vezes e falarei a terceira vez, porque fiquei muito incomodado com a não vinda (...) Nós convidamos 22 prefeitos para estarem aqui, nesta sala, para debater justamente o El Niño. Estou até chato e repetitivo, mas eu não engoli. Dos 22 prefeitos, vieram 9, e 2 mandaram representante. Então não adianta colocar colete depois do desastre, encher o saco e fazer média com a população. Infelizmente, foi um desrespeito.

Por isso, agradeço demais a tua presença.

Observamos que a Defesa Civil, graças a Deus, está muito bem equipada e preparada. Eu nunca escondi de ninguém a tua competência e a da tua equipe à frente da Secretaria da Defesa Civil. Eu já te falei isso várias vezes e não preciso fazer média. Não é isso, é o que é e está tudo certo.

Tivemos a oportunidade de ouvir os prefeitos, as dores dos prefeitos, as angústias, e foi unânime a fala de quase todos sobre a burocracia, o não andamento dos projetos e por aí vai.

Na visão do senhor, é isso o que de repente está faltando para evitar esses danos graves em Santa Catarina, de repente uma desburocratização para a coisa andar mais rápida?

Enfim, estou te questionando baseado no que escutamos aqui dos gestores públicos, dos prefeitos da Grande Florianópolis que vieram aqui.

Esse é um ponto, depois o próximo a gente (...)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Bom, deputado, primeiro, obrigado pelas palavras. Como já disse, é um prazer enorme atendê-los e temos sempre uma interlocução muito proativa e muito produtiva. Agradeço as considerações do senhor.

Bom, deputado, o Estado brasileiro, a administração pública no Brasil é burocrática. A Secretaria segue as determinações legais, o que existe de normas e leis, principalmente, que regulam tanto o repasse de recurso quanto alguma ação que possa ser desencadeada no contexto da prevenção de desastres. E eu vou citar alguns exemplos aqui para ficar mais claro — falei há pouco sobre isso com o deputado Napoleão.

Eu participei, como presidente nacional do Conselho de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros do Brasil, agora, do meio-dia até duas e meia da tarde — eu encerrei a reunião porque tive que vir para a Alesc —, sobre o apoio brasileiro à Venezuela, que no dia de ontem sofreu um grande desastre, um terremoto.

A Espanha, que tem que cruzar o oceano, está chegando à Venezuela daqui a pouco com uma equipe de apoio humanitário, principalmente com a equipe USAR, de busca e resgate em estruturas colapsadas em ambiente urbano. E o Brasil ainda está discutindo o que mandar, quando mandar, como mandar. Isso que o Brasil está ao lado da Venezuela, é vizinho.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — E a Espanha já está chegando.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — E a Espanha já está chegando com a equipe toda equipada.

Vou citar outro exemplo para se ter uma ideia de como é a burocracia no Brasil.

Aconteceu o desastre no Rio Grande do Sul, em 2024. O apoio financeiro demorou enormemente a chegar, e em alguns casos nem chegou ainda. Aí se resolveu mudar a legislação, porque se viu que é muito burocrático, sendo editada a Lei Federal nº 14.981 — se quiserem pesquisar, fiquem à vontade —, ainda em 2024, que fala sobre aquisições e liberações em momentos de desastre, restringindo somente em calamidade pública. [Transcrição: Fabiano A. de Souza]

Todos sabem que um desastre é complicado, para encontrar os índices de calamidade pública não é fácil, pois sabemos que é a situação mais complicada, que literalmente cessa qualquer tipo de serviço público, mas a situação de emergência também é complicada. E a burocracia continua a mesma. É burocrático!

Por fim, um último exemplo. Eu comentei que desde 2024 o governo do Estado, mais especificamente a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, discute tecnicamente a construção de uma barragem. Desde 2024. Eu estava secretário à época, foi lançado um edital, e nós estamos falando de discussão técnica há dois anos. Dois anos é o prazo de execução da obra, e nós estamos falando de dois anos de discussão de um edital licitatório! Eu nem estou colocando nessa conta o estudo, o projeto, todo o tempo que levou para lançarmos uma obra.

Eu estou falando de uma obra de prevenção de desastres, em que o papel leva muito mais tempo do que a execução de uma obra tão complexa quanto uma barragem. Só que, evidentemente, como gestor público, temos que seguir o que há de legal, de legislação, e toda transferência de recurso ou toda atuação tem que seguir essa normativa.

Eu fiz aqui alguns apontamentos, algumas ações que foram executadas, e comentei que para a questão de assistência humanitária, a atuação é muito rápida, porque tudo já está licitado, já está pré-licitado, já tem ata de registro de preço, enfim. Mas todas as demais ações, seja na transferência de recurso por meio de convênio, seja na execução direta pela secretaria, [o processo] é burocrático e temos que seguir as determinações legais. Eu também gostaria que fosse muito mais célere para a prevenção de desastre.

Mas, sem dúvida nenhuma, um dos pontos — existem outros, como a questão orçamentária e financeira, enfim —, e talvez o mais complexo no Brasil, seja a burocracia que a administração pública impõe na execução de qualquer tipo de obra, principalmente obras emergenciais, como a que estamos falando.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — Coronel, o nosso presidente, na outra reunião, deu a ideia de um fundo garantidor, enfim. Mas eu tenho certeza que nós temos que nos empenhar nesta Casa Legislativa, junto com vocês, junto com o jurídico da Comissão, da Secretaria e da Alesc, para tentarmos desburocratizar, deixando o processo mais rápido para essas prefeituras e para os gestores públicos.

Nós temos que ter força, que nos unir, todos remando para o mesmo lado, para tornar isso muito mais fácil, porque depois que virar o leite do pires, não adianta chorar. Nós temos que trabalhar na prevenção, porque depois da tragédia, já foi, aí não adianta distribuir telhas, lonas, itens humanitários e por aí vai. Eu não digo que é burocracia, eu digo que é “burrocracia” mesmo, porque a coisa foi feita para não funcionar, e quem sofre está lá precisando e (...)

Então, meu presidente e nossos colegas deputados, precisamos fazer algo, sim! Não adianta virmos aqui, nos reunirmos, é reunião em cima de reunião, o Coronel Fabiano vir, prestar todas as informações, mas eu digo que toda reunião tem que ter um apontamento e uma direção, na prática. É isso o que as pessoas lá fora esperam de nós, ações na prática, porque não adianta ficar depois chorando porque o troço aconteceu.

Então, vamos tentar criar uma PEC, não sei, o presidente já deu uma ideia. Claro, vamos amadurecer, ver os meios legais, os meios jurídicos, estarmos preparados, do ponto de vista jurídico, para dar sustentação legal a vocês que estão na ponta, que é a Defesa Civil. Enfim, ter um amparo jurídico e legal para realizarmos as ações.

Tomara que não seja preciso, tomara que todo mundo erre essas previsões meteorológicas e nada disso seja preciso, mas, caso isso se confirme, é preciso que estejamos preparados jurídica e legalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Obrigado, deputado.

Sobre a questão da minha proposição do fundo garantidor, a minha equipe do jurídico já está debruçada sobre isso e depois levaremos alguma coisa para auxílio também na Defesa Civil. Mas a ideia surge justamente em função de um momento de pandemia, quando se abriu um recurso extraordinário para que estivesse pronto e preparado para ser utilizado quando necessário.

Nós estamos aqui diante de uma possibilidade real de, mais uma vez, passar por um momento que não é o comum para o Estado de Santa Catarina. Caso inúmeros municípios tenham que decretar estado de calamidade ou de emergência, que tenhamos condições de ter esse fundo garantidor.

O secretário Fabiano nos trouxe alguns gatilhos para decretação de emergência e eu acho que podemos trabalhar exatamente nesse sentido, de gatilhos para que possamos acessar o recurso de forma mais rápida possível, já tendo superado algumas etapas para isso.

Estamos estudando como fazer isso e, uma das possibilidades, seria adiantarmos emendas futuras, para que naquele momento possamos atender de forma muito rápida os municípios. Então, tudo isso já está sendo tratado e, com certeza, no decorrer das novas reuniões, apresentaremos essas proposições.

Com a palavra o nosso relator, deputado Matheus Cadorin.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — Obrigado, presidente.

Coronel, obrigado pela explanação. Na nossa audiência pública realizada há pouco mais de um mês, o seu imediato veio aqui e deu uma explicação muito profunda também sobre tudo o que estava sendo feito naquele momento e agora já vimos a evolução.

É muito ruim mesmo que, legislativamente, não possamos distribuir caminhão-pipa para sustentar um problema que está na nossa porta. É uma questão puramente burocrática, que neste caso é uma lei federal, mas eu acho que é papel desta Comissão também entender o que podemos fazer para facilitar esse trâmite e já deixar como parâmetro, que seja nacional, para que sejamos exemplo de preparo e de organização.

O senhor citou vários pontos e um que senti falta, e eu queria entender, é a questão da comunicação, porque no momento do desastre ela acaba ficando, desculpe a palavra, mas não vou usar inundada, mas, enfim, fica muito lotada, tendo queda de telefonia e tudo mais. O que está sendo pensado nesse sentido?

Nós temos um projeto de lei aqui na Casa que permitiria chamadas de emergência para a polícia e para os bombeiros por meio do WhatsApp, e aí você tem localização, tem foto, podendo-se digitar ao invés de falar em determinados momentos, enfim. E essa é uma das questões que, talvez, fosse interessante incluir nesse rol de soluções e melhorias que o governo do Estado tem feito.

E, terceiro, na condição de relator, eu acredito que esta apresentação que vai ficar conosco já pode ser um balizador, presidente, de tudo o que podemos ajudar a fiscalizar e a comprometer não somente em relação ao Estado, mas também aos municípios no sentido de usarem muito bem esse recurso. E também na questão legislativa. Então incluir o que está sendo feito, o que precisa estar feito no momento da catástrofe e o que precisa ser feito imediatamente após.

E nesse kanban de ações, já deixar esse documento pronto, e aí esta será uma tarefa nossa, porque temos um recesso em breve e, posteriormente, já é início do período eleitoral. E não podemos esperar isso acontecer antes de sair daqui com esse documento pronto.

Com certeza, esta Comissão vai ter uma rotina muito acentuada no período para que possamos entregar algo concreto, como bem disse o deputado Serginho, porque a população está esperando que façamos isto.

Dentro do nosso papel legislativo, que é o de fiscalizar e legislar, são estas questões que eu acredito devam constar no relatório e, aí, depois podemos fazer um esqueleto em conjunto para entender o que podemos fazer de ação, de concreto mesmo, o mais breve possível, antes que comecem as precipitações de chuva, principalmente, que é o que mais aflige a nossa população.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Bom, deputado, no contexto de comunicação de desastre, eu vou entender a pergunta do senhor na linha da comunicação entre as equipes de emergência e não aquela comunicação para a população, usando o mesmo imprensa/alerta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — Ambos, né?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Bom, então dividimos bem as duas estruturas e partimos para a primeira.

Sempre que falamos de comunicação de emergência em desastre, entre equipes de emergência em desastre sempre temos que falar em redundância. Somente um sistema de comunicação é falho e todos os desastres já mostraram isso. Cito como exemplo o tornado em Xanxerê, em 2015. O principal problema é que foi um tornado em área urbana, derrubou todas as torres de comunicação, de telefonia, e ficaram completamente sem condições de pedir qualquer tipo de apoio.

Hoje, as equipes de segurança no Estado trabalham com a redundância de dois sistemas de comunicação, telefonia e rádio. Todos os dois, apesar da redundância, têm vulnerabilidades, porque se eu estiver falando de um escorregamento que derrubou uma antena, eu posso derrubar as duas e ficar sem comunicação. Essas duas comunicações têm cobertura em todo o Estado, ainda que tenham algumas áreas de sombra. Como eu falei, elas não são 100%, as duas têm alguma falha, tanto a telefonia quanto a de rádio têm áreas de sombra.

Na próxima segunda-feira, dia 29, tem uma reunião de governo envolvendo a SCTI, o Ciasc e vários outros órgãos para a contratação de telefonia satelital. Aí eu acabo com qualquer possibilidade de área de sombra ou falha na comunicação, porque daí eu tenho via satélite, e a Starlink é uma das que estão na mesa para serem discutidas.

O governo do Rio Grande do Sul, para terem uma ideia, depois do desastre de 2024, recebeu mil antenas da Starlink e fez as contratações para a sua utilização. Então nós também temos projetos nessa linha para a comunicação satelital e, aí, acabar com a área de sombra ou qualquer tipo de vulnerabilidade em relação a desastre.

E a outra que é sobre a comunicação de desastre, emissão de alerta, enfim, e sobre esta nós já temos uma linha de trabalho mais consolidada, não sendo mais tão problemática. No contexto de como comunicar o desastre, como fazer a

disseminação de informações, de alertas, de avisos, enfim, não nos utilizamos somente de um meio, mas dos diversos existentes, inclusive externos ao governo. E aí falamos de todos os veículos de comunicação, seja rádio, TV, mídia social, e os meios internos, que é toda a nossa linha de comunicação, seja por website, redes sociais e, agora, de maneira um pouco mais recente, a disseminação por SMS, que eu considero importante.

Santa Catarina é o que tem o maior número de adeptos, mas ela é restrita, é falha, tem alguns problemas, como o que chamamos de comunicação ativa, ou seja, eu preciso que o usuário passe a mão no telefone celular, faça o cadastro de um CEP, para ele receber informação naquele CEP. É bom, mas é falho, ele não é completo, e por dois motivos.

O primeiro, eu preciso que o usuário acesse, mande uma mensagem de texto para o número 40199 e cadastre um CEP. Então, primeiro eu tenho que ter a iniciativa do usuário. Não dá para forçar, ainda que Santa Catarina tenha o maior número de adesão, mas a principal questão: você cadastra o CEP do seu trabalho, mas o alerta é para onde você mora. Ou você não recebe o alerta ou recebe o alerta para o local em que não está acontecendo o problema.

Para suprir isso de maneira mais recente, começou a se adotar a tecnologia cell broadcast. Essa é a que consideramos ideal, mas é utilizada somente para eventos extremos, que é a chamada comunicação passiva. Independente de o usuário fazer qualquer tipo de cadastro, nós, na Proteção e Defesa Civil, por conta de um sistema, mandamos um alerta para a área da estação rádio-base, para a área da antena de comunicação. Se aquela antena, naquela área, tiver um alerta cadastrado, todos os aparelhos celulares que estiverem naquela área de cobertura, independente de qualquer ação do usuário, receberá um alerta, independente de cadastro. Para tudo o que ele esteja fazendo no celular, a tela fica preta e entra o alerta da Defesa Civil, dizendo qual é o alerta.

Essa é uma tecnologia que está em evolução no Brasil. Em outros locais no mundo onde o 5G está mais consolidado, já funciona bem melhor, mas isso já foi utilizado em Santa Catarina. Quem acompanhou um pouco as notícias mais recentes sabe que foi esse sistema que foi hackeado recentemente, gerando alertas para o Paraná, para São Paulo, para o Rio Grande do Sul, para alguns estados. Mas essa é uma comunicação que consideramos, hoje, essencial, sem excluir todas as outras existentes. [Transcrição: Giane Severo / Revisão Rafael José de Souza]

Eu sempre comento: comunicação de desastre é você utilizar todos os meios disponíveis para que algum consiga chegar ao usuário. Isso que é importante. Por isso que utilizamos todos, website, mídia social, rádio, TV, portal de notícia, o que for possível para chegar ao usuário. Mas, hoje, o cell broadcast é a tecnologia do futuro para a questão de alerta de desastre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Matheus Cadorin-NOVO) — E entre a população na hora do desastre, vai depender do telefone (...)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Isso. Aí vai depender dos canais que utilizamos em todos eles, ou mídia social, ou telefone, aquele que usamos normalmente. Nem todos os municípios têm o serviço de telefone de emergência da Defesa Civil funcionando, que é o 199. Esse é o telefone de emergência, que nem toda prefeitura tem esse serviço disponível. Mas, para todas aquelas que possuem, esse é o telefone de emergência e aí o contato é direto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Obrigado, deputado Cadorin.

Agora concedo a palavra ao nosso deputado mais experiente da Comissão presente, deputado Mário Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Muito obrigado pelo mais experiente. Seminovo com garantia. (Ri.)

Eu tenho duas observações apenas, sendo a primeira uma curiosidade.

Qual o único município que não participou do simulado?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Pouso Redondo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Pouso Redondo. E justificou?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Era por adesão, então ele foi o único que não se manifestou. Foi o único que não quis e, por isso, não participou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Participando da reunião da Bancada da Grande Florianópolis, que recebeu os nove prefeitos e os dois representantes, percebi que pelo menos três prefeituras haviam solicitado caminhões-pipa. Eu vi que já há uma licitação e já há uma distribuição de, pelo menos, 100, mais 100, quer dizer, nós vamos ficar com, teoricamente, 90, 95 municípios ainda sem recebimento.

Neste caso, com um decreto (...) É que tentamos buscar alternativas para superar o fato de termos um ano eleitoral, porque daqui a dois anos tem nova eleição, depois de mais dois anos teremos outra eleição e a legislação acaba desconfiando de todo mundo num ano eleitoral. Quer dizer, a legislação precisa existir para se controlar, para não se ter o uso indevido de, mas, por exemplo, depois que passa não há necessidade mesmo.

Eu entendo essa sugestão do deputado Sérgio Guimarães de encontrarmos alternativas, mas acredito que teria que ser uma legislação federal, de qualquer forma.

E a última observação que eu faço, não é nem uma indagação, está vinculada justamente à questão do atendimento das pessoas e tudo mais. É a respeito daquela observação feita pelo deputado Camilo Martins, de que há uma PEC na Comissão de Finanças e Tributação [...]

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — Parada há um ano e meio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Parada há um ano e meio, que estabeleceria um orçamento do orçamento do Estado, de 0,5%, se não me engano, para a Defesa Civil como orçamento cumulativo, ou seja, se não usou, guarda para o ano que vem, e assim já tem um pouco mais de dinheiro. Metade disso para manutenção anual dos serviços da Defesa Civil e metade desse 0,5% guardado para efeito de emergência. E aí, sim, com muito mais agilidade, sem precisar buscar dinheiro em algum lugar.

Eu acho que nós tínhamos que trabalhar em cima disso, inclusive junto ao governo, para que ela seja desencravada na Comissão de Finanças e Tributação e, naturalmente, posteriormente aceita pelo governo do Estado.

Acho que é uma ideia que resolveria grande parte dos problemas, porque aí a Defesa Civil não teria que sair correndo atrás de dinheiro, pois tem no seu orçamento metade de 0,5%, guardado justamente para esses momentos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — Às vezes a solução está aqui dentro da Assembleia e o problema também está aqui dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Exatamente.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — Um ano e meio o projeto parado. Não sei por qual motivo, e se o deputado Camilo estiver on-line, poderia falar, porque ele é o autor do projeto.

Mas bem lembrado, deputado Mário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Eu estava com isso na cabeça há um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Acredito que o deputado Camilo queira falar depois. Quer falar agora, Camilo?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães-UNIÃO BRASIL) — Claro, a hora é agora, a deixa é agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CAMILO MARTINS (PL) — Cumprimento o nosso presidente Alex, os demais deputados e o nosso secretário. É um prazer recebê-lo e muito obrigado pela deferência de hoje estar na Assembleia Legislativa. Quero parabenizá-lo por todo o trabalho realizado, estou acompanhando daqui esta reunião.

A respeito da PEC, foi o primeiro projeto que eu dei entrada em virtude da minha experiência como prefeito, sobre a falta de recursos quando necessitávamos em função de alguma tragédia no município. Ele já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está parado na Comissão de Finanças e Tributação. Mas eu acho que nós podemos, junto com os demais deputados, fazer uma construção, porque tirar 0,5% do orçamento através de uma PEC para a Defesa Civil é algo de grande valia.

Eu sempre tive o propósito de fazer com que os demais Poderes, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas e a própria Assembleia, doassem um pouquinho do seu duodécimo e criássemos, na própria legislação da PEC, que esses atores, enquanto presidentes, também fizessem parte da discussão desse recurso através do fundo.

Num primeiro momento, na nossa proposta, 50% desse recurso seria para prevenção e 50% para atendimento de desastres, podendo ser modificado a todo o momento, mas a solução desse recurso terá grande valia ao longo do tempo, porque é um recurso acumulativo. Se não gastar, fica guardado numa conta. E eu não tenho dúvidas de que isso vai dar mais segurança para o futuro a todas as pessoas que trabalham na Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, assim como também aos municípios.

Queria somente fazer esta ponderação. Agradeço ao deputado Mário e peço apoio de todos para que nós, de forma conjunta, juntamente com o governador, com a liderança do secretário da Defesa Civil e os demais Poderes, possamos numa mesa de reunião discutir, porque eu acho que todo mundo tem que dar um pouquinho de si. Depois de uma tragédia não adianta os presidentes dos Poderes fazerem uma singela doação de R\$ 1 milhão. Nós temos que ter um valor disponível sempre para que, por exemplo, o secretário Fabiano possa fazer o seu planejamento com aquele recurso que tem e sempre ter algo reservado para, quando ocorrer uma grande tragédia, ter um pronto atendimento. Essa é a minha consideração.

Mais uma vez, parabéns, Alex, pela liderança desse processo e parabéns ao secretário pelo trabalho que realiza na Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Obrigado, deputado Camilo.

O secretário Fabiano quer se pronunciar?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Primeiro, obrigado ao deputado Camilo pelas palavras, e também o parabenizo pelo trabalho.

Apenas a título exemplificativo: essa é uma ação que, sem dúvida nenhuma, seria de grande valia, e eu cito novamente por conta de um exemplo.

Eu fiz menção a uma das barragens novas em construção em que o processo licitatório foi suspenso. Quando você coloca uma ação como essa, de uma barragem, que é uma ação que vai levar dois ou três orçamentos, você evidentemente tem a previsão orçamentária para a execução daquela despesa no exercício seguinte. E quando foi aprovado aqui, tinha lá, numa das subações, um valor considerado para a construção de barragens. Eu mencionei que o certame foi suspenso e, portanto, aquela ação não foi executada.

No ano seguinte vem o relatório da não execução orçamentária. Evidentemente que se ela foi suspensa, não tem como executar aquela ação do orçamento. E aí o relatório não poderia ser diferente que não fosse a não execução orçamentária. O orçamento é realocado para outra ação e, quando você vai executar aquilo no futuro, tem que ver se tem margem no orçamento para fazer aquela execução.

Então, sem dúvida nenhuma, essa iniciativa dá uma tranquilidade para a execução de ações que têm longo prazo de execução.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — É o cachorro mordendo o próprio rabo, o tempo inteiro.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Exato. (Ri.)

Eu tenho uma suspensão e não posso executar, aí aparece no relatório a não execução orçamentária. Fica complicado.

Também somente a título de exemplo, e é exemplo mesmo: em âmbito federal, no Congresso Nacional, está em discussão a PEC 44 — de novo, é somente um exemplo, não é, de maneira alguma, pressão ou qualquer tipo de solicitação. A PEC 44 destina um percentual de 5%, salvo engano, das emendas parlamentares para ações de prevenção de desastres.

Essa PEC está em discussão no cenário nacional e se não evoluir, talvez também seja algo que possa ser discutido: uma destinação focada para essa área.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Vale lembrar que no âmbito federal são 2% divididos entre os 513 deputados federais e os 81 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Napoleão Bernardes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Cumprimento o presidente e deputado Alex, o vice-presidente e deputado Sérgio Guimarães, que também é o presidente da Comissão de Defesa Civil e Desastres Naturais da Assembleia Legislativa, o deputado Mário Motta, o deputado Matheus Cadorin, relator, o deputado Camilo, que nos acompanha de modo on-line e todos aqueles que estão presentes aqui na Comissão.

Agradeço a deferência da vinda do Coronel Fabiano, secretário da Proteção e Defesa Civil e também Comandante-Geral dos Bombeiros, no centenário da instituição. E isso é muito importante, pois além de ser um agente de governo na condição de secretário de Estado, também é um agente de Estado na condição de bombeiro militar e, por isso, o nosso respeito em relação à credibilidade das posições do secretário.

Os colegas que acompanham o meu trabalho ao longo da legislatura sabem que eu sou econômico, mas hoje eu preciso ir um pouco além, porque venho do Vale do Itajaí, um local que, infelizmente, é acometido pelas cheias e pelas

enchentes historicamente. E dada essa repetição e dado o trauma da população em relação a isso, todo esse tema gera, nas regiões do Vale do Itajaí, do Médio Vale do Itajaí e do Alto Vale do Itajaí ansiedade, trauma, preocupação e estresse.

Então eu preciso ser insistente em algumas perguntas, sobretudo no tema barragens, porque nós vivemos uma dupla combinação. Falou-se aqui da combinação do El Niño com o ano eleitoral, sob o aspecto da burocracia extra trazida pela legislação eleitoral, mas, infelizmente, nesse tema tem um segundo aspecto potencializado pelo ano eleitoral, que é a história das narrativas. Por um lado o governo traz as suas informações; por outro lado tem aqueles que também têm as suas pretensões e descreem de tudo. E aí a sociedade fica com o pincel na mão.

E muitas vezes nós, que somos agentes públicos, obviamente somos questionados, mas qual resposta nós damos? Nós ficamos entre a cruz e a espada. E eu vivo essa situação.

Vou dar dois exemplos, como fez aqui o Coronel em relação às suas ilustrações. E o que eu vou falar parece brincadeira, mas é absolutamente verdadeiro, eu vivi isso. Relato para que vejam o grau de trauma, de estresse, de preocupação e de ansiedade que esse tema gera, e o Coronel Fabiano sabe bem disso.

Certa feita eu estava em Rio do Sul, num sábado ao meio-dia com um sol maravilhoso. Era um dia lindo, um dia maravilhoso, e o sol estava lá. Eu parei num restaurante para almoçar e todas as cadeiras estavam sobre as mesas. Pensei: ou cheguei cedo ou cheguei tarde. Aí perguntei, brincando: o almoço não vai ser servido? E o dono me respondeu sério, não entendendo a minha brincadeira:

— A enchente está vindo.

E era um dia de sol maravilhoso.

Tinha havido um boato de que a enchente viria. E ele estava certo disso. Era um dia de sol maravilhoso, um final de semana de praia e ele deixou de vender todos os almoços.

Agora, neste momento já tem cancelamento de hotel para o Oktoberfest, já tem gente preocupada com o seu comércio, tem gente já investindo o que não tem para proteger os seus bens de algo que está muito distante. Tem gente saindo de casa, tem gente abandonando os seus imóveis. Então, é uma coisa dramática. Vivemos essa combustão. [Transcrição e Revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos]

Fui prefeito de Blumenau por dois mandatos, sabemos que a cidade é acometida por enchentes. Fizemos o enfrentamento e, para mim, a palavra-chave nesses temas de defesa civil é credibilidade, precisão, mas fica por aí essa indústria de boatos.

Recentemente faltou combustível por um boato que era só um boato, mas acabou o combustível, porque de tanto boato, as pessoas realmente fizeram fila nos postos de combustíveis para abastecerem seus automóveis.

Eu, como prefeito, fui questionado até em casa, pela minha família:

- E a enchente que vocês não estão divulgando?

E não tinha nada. Era um áudio antigo que foi requeentado, mas as pessoas tendem, infelizmente, a acreditar mais no boato do que na informação verdadeira.

Então, encarem esse preâmbulo prolongado como um desabafo, porque ficamos entre a cruz e a espada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Perdoe-me por acrescentar a este preâmbulo: se não se elevam as poltronas e as cadeiras e a enchente vem (...)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — É, exato. Mas o engraçado da história é que teve um sol escaldante e não choveu nada. Enfim (...)

Secretário, vamos começar pelo tema das barragens. Sobre essa questão de boatos versus verdade. O governo tem falado dos investimentos nas barragens e nos últimos dias começaram a circular vídeos nas redes sociais, pois várias pessoas têm ido até as barragens e gravado vídeos. De um lado o governo diz que está fazendo, do outro tem pessoas fazendo vídeos dizendo que não tem nenhum tipo de intervenção do Estado, apesar do anúncio, e a população fica sem saber o que está havendo.

Então precisamos saber do senhor, como secretário, mas acima de tudo como um coronel bombeiro militar: as obras estão acontecendo? Qual é o estágio atual da questão das barragens do Alto Vale? Sobretudo quanto aos vídeos recentes que estão circulando nas redes sociais, nos quais as pessoas são bombardeadas com informações e não sabem em quem acreditar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Especialmente José Boiteux.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — É, os vídeos são sobre José Boiteux.

Falaremos primeiro da barragem de José Boiteux, deputado, mas antes permita-me fazer um curto preâmbulo também.

Quando falo em manutenção de barragem, estou falando um termo genérico, porque por manutenção eu posso entender uma limpeza diária ou até a substituição de uma comporta, então o termo manutenção é mais amplo e é bom sempre destacarmos a qual manutenção nos referimos.

Por exemplo: a manutenção em José Boiteux é completamente diferente da que foi executada em Ituporanga, completamente diferente. A manutenção que está ocorrendo em José Boiteux é do tipo emergencial, e por qual razão? Porque é a única barragem que não está 100% operacional.

A barragem de José Boiteux é enorme, gigantesca, acumula 357 milhões de metros cúbicos de água. O senhor é da região e conhece bem, mas para ficar mais claro: a barragem de José Boiteux tem três vezes e meia mais capacidade de armazenamento do que a de Ituporanga e a de Taió; uma vez e meia a capacidade das duas juntas. Então é uma barragem enorme. Ela tem duas comportas, uma não está operacional, está emperrada, fechada, e essa informação é importantíssima.

Em 2023, além do empenamento do êmbolo da comporta, também teve todo o casario, todo o maquinário destruído. Então, para se operar uma comporta, temos vigente um contrato com a Celesc, que leva um equipamento externo e faz o bombeamento hidráulico para o acionamento de uma comporta que está operacional. E imaginar isso durante um desastre, com toda a emergência, é ilógico, não é o ideal, por isso reputo esta manutenção em andamento como emergencial.

O contrato foi assinado há pouco mais de um mês e esse um mês envolve todo o levantamento do maquinário, do canteiro de obra, enfim, para atuação lá. Qual é a principal ação contratada? São quatro ações, sendo duas um pouco menores, uma envolve cercamento, mas duas são prioritárias, uma ainda mais do que a outra.

A primeira ação prioritária é o desempenamento do êmbolo da comporta. Isso acontece na alma da barragem, dentro da barragem, e aí faço questão de lhe mostrar uma foto para exemplificar isso.

(Mostra fotografia do seu celular.)

Ninguém conseguirá fazer uma filmagem dessas dentro da barragem. Se fizerem, ficarei preocupado, porque essa é uma área de acesso restrito. Só para se ter uma ideia, o acesso está lá em cima e estamos falando de um vão de aproximadamente 60 metros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Por favor, aponte o seu celular para a câmera. Assim podemos ter noção.

Fica dentro da casa de máquina?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Dentro da barragem.

(Mostra fotografia do seu celular.)

Aqui é o acesso da barragem, aquele que falei que ficaria preocupado se alguém conseguisse acessar, porque daquele ponto, onde é a entrada, até embaixo, tem mais ou menos 60 metros. Isso ocorre dentro da barragem, a comporta está dentro da barragem e o primeiro trabalho é o de desempenar.

Para fazer este trabalho, existe uma máquina retroescavadeira nas tulipas de tomada da água que ficam dentro do reservatório para tirar toda a galharia e baixar o nível da água na comporta. Então, se vocês forem até lá, haverá uma máquina fazendo esse trabalho complementar. Não é o serviço contratado, é o serviço que é executado para facilitar o serviço primordial que ocorre dentro da barragem.

Isso é o principal. E por que é o principal? Porque fazendo esse desempenamento eu já tenho 100% da sua capacidade operacional. Ou seja, eu abro e fecho as duas comportas, mas ressaltei bem e é importante deixar claro que uma comporta está emperrada, fechada. Isso para que a população entenda, deputado, que no caso de uma ocorrência de chuva volumosa em que o reservatório comece a ser utilizado, o serviço da Defesa Civil seria de fechamento da comporta, e ela já está fechada.

Evidentemente que essa situação não é a ideal. O ideal é que haja a possibilidade de abrir e fechar na hora em que eu bem desejar, porque há um efeito colateral de a comporta permanecer fechada: o reservatório enche com um pouco mais de velocidade, porque no momento em que a comporta não precisaria estar fechada, ela está fechada. Mas o fato é que durante uma chuva mais acentuada, na qual eu precisasse fechar essa comporta, ela já estaria fechada. Então, o trabalho inicial é o desempenamento do êmbolo da comporta.

O segundo momento dessa manutenção é a recomposição da casa de máquinas, para que eu não dependa mais de um equipamento externo para fazer o bombeamento hidráulico. Terá que ser feita a alvenaria, que fica em cima da barragem, e a obra será visível. Depois terá uma área de cercamento que também ficará visível, mas nessa primeira parte, o que é visível é um trabalho complementar, de limpeza do crivo das tulipas; mas o trabalho principal é na alma, que fica dentro da barragem e que não será visto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Mas está sendo realizado neste momento? Nessa área interna?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Está sendo realizado. A empresa já foi contratada, já foi feita toda a análise técnica interna, tudo o que precisa ser mobilizado para lá e a empresa já está trabalhando em cima disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Mas dependerá do desempenho do êmbolo.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Não, não, essa ação é para o desempenho do êmbolo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Sim, entendi.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — O que a empresa está fazendo agora é todo o levantamento técnico do que precisa ser feito para o desempenho: mobiliza maquinário, faz a limpeza e baixa o nível da água para a realização desse desempenho.

Uma pergunta importante que sempre me fazem em Blumenau: qual a expectativa que temos para esta primeira etapa? É que até o final de julho tenhamos esta primeira etapa concluída. Tudo dependerá, evidentemente, do desenvolvimento, de chuva ou não, porque ainda que seja dentro da barragem, aumenta o volume de água na comporta, então tudo isso tem repercussão, mas a nossa expectativa é que seja em julho. Lembrem que falei que o maior volume de chuva é para a primavera, em setembro e em outubro.

Assim, estamos trabalhando com uma margem para ter a recuperação dessa capacidade operacional de 100% antes desse período mais chuvoso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Nesta questão das barragens, diante dessa previsão de chuvas mais intensas para o segundo semestre, sobretudo para o final do ano, essas três barragens do Vale do Itajaí estão em plena condição de, pelo menos, minimizar, mitigar, evitar áreas de enchentes maiores?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Todas elas. A barragem de José Boiteux, como lhe disse, está agora em manutenção. Ela tem uma capacidade operacional grande de armazenamento; e as outras duas, de Ituporanga e de Taió, estão 100% operacionais.

As três em conjunto têm repercussão no Vale do Itajaí. Para o Alto Vale a barragem de José Boiteux não tem influência, mas para o Médio Vale e para a foz do Rio Itajaí-Açu todas as três têm uma repercussão e uma capacidade grande — e vou frisar bem a sua colocação, que está corretíssima — para mitigação dos efeitos de um desastre.

Sempre que falarmos de obra de engenharia, falaremos de mitigação, não de evitar 100% o problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Secretário, fui autor de um projeto de lei sobre transparência nessa questão das barragens. Existe aquele ditado popular que fala de São Tomé, aquela questão do ver para crer, e os vídeos que estão circulando são um exemplo disso. A população está muito traumatizada, porque são muitos anos de reiteradas situações. O meu projeto foi vetado por questão de iniciativa, porque deveria partir do governo.

Quero perguntar uma coisa, porque as pessoas se perguntam: quando o Estado diz que a barragem está em condição, para isso existe um laudo técnico? Uma vistoria? Quais órgãos fazem essa vistoria? Elas estão disponíveis para a população? Como as pessoas são reiteradamente muito castigadas, elas começam a ficar descrentes: será que isso é verdade? Será que estão fazendo mesmo? Será que está operacional? Será que não vai ruir? Será que não vai rachar? Será que funcionará? Essas vistorias são feitas por quem? Com que periodicidade?

Neste momento, por exemplo, os últimos laudos técnicos são de qual período? Feitos por quem? E em qual condição técnica está?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Os laudos técnicos que possuímos são do trabalho de engenharia e manutenção na barragem, não necessariamente laudo técnico de operação. Se existe uma necessidade de manutenção, a nossa equipe de engenharia vai até o local e faz um laudo técnico.

Um exemplo: a barragem de Ituporanga foi completamente reformada. Todos os componentes de operação, todas as comportas foram substituídas, foi instalado um pistão hidráulico na comporta do canal extravasor e foi feita toda a sua automatização. Ao final desse contrato tem um relatório técnico, um laudo da nossa equipe dando conta de que todo o contrato foi concluído, portanto todas aquelas ações necessárias à operação estão o.k. Então nós temos um relatório disso.

Foi feita uma manutenção por conta do vazamento de um fluido hidráulico na barragem de Taió. Tem um laudo técnico da ação que foi feita para a resolução desse vazamento de fluido hidráulico.

Não temos um laudo técnico de operação dela, porque quando acontece alguma deficiência de operação fazemos uma contratação de manutenção, assim nós temos um laudo das contratações que são executadas.

Mas o senhor deu uma ideia: fazermos as publicações do que temos de relatório, até para a população ter conhecimento do que está sendo feito. Isso mitigará o problema. Eu até vou aproveitar o preâmbulo da sua fala para destacar, por exemplo, uma situação que o senhor vive na pele, como eu vivo também, até porque trabalhei muito tempo no Vale do Itajaí, de que esses boatos são difíceis de controlar e não sabemos por que isso vem à tona, mas citarei um deles: todo ano em que o período de chuva coincide com a Oktoberfest, existe um boato de que a barragem é ou não operada para não prejudicar a festa. E todo ano acontece a mesma coisa.

É claro que a transparência com a publicação minimiza isso, e é uma situação interessante para levantarmos essas informações e fazermos essas publicações, mas como eu disse, temos os laudos técnicos atestando o cumprimento das manutenções que sempre desencadeamos nas barragens.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Uma informação que circula, neste momento [...]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Deputado, só confirmando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — A barragem de Ituporanga é a que pode ser acionada a distância, a que é automatizada?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Isso, a automatização de Ituporanga está 100% concluída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Quer dizer, você pode abrir ou fechar as comportas a partir daqui?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — De Florianópolis.

É importante também frisar, deputado, que podemos fazer o acionamento remoto, que é exatamente o que estamos fazendo hoje. Nós estamos operando remotamente, mas temos a redundância, o backup, que é o operador da barragem lá no local, porque se o sistema falhar é ele quem aperta o botão lá na barragem e faz a abertura e o fechamento das comportas. Isso acontecerá com todas as barragens.

Complementando a sua pergunta, deputado, a barragem de Taió está 100% operacional e, como eu disse, está na praça um processo de manutenção exatamente idêntico ao que foi feito em Ituporanga. Ao final dessa manutenção ela também terá o acesso remoto. Em José Boiteux será um pouco mais para frente, porque neste momento falamos de uma manutenção emergencial, e depois ela também passará por todo o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Secretário, outra tese que tem circulado por lá — e é importante entender se corresponde à verdade ou não e, se sim, qual a posição do Estado e os porquês — é que no início de 2023 havia uma licitação em curso para a recuperação da barragem de José Boiteux, inclusive parte dos recursos eram de origem federal, estando R\$ 21 milhões assegurados para isso. O Estado, em 2023, cancelou aquela licitação, que acabou retomando três anos depois, que é por agora, perto desses períodos de chuva. [Transcrição: Aristela Pereira Pivatto / Revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos]

Então, a pergunta é se realmente foi cancelada lá atrás e por quê. Se sim, por que esses três anos até aqui para retomar aquilo que estava licitado em 2023? E aqueles recursos federais que estavam empenhados para aquela ocasião, ainda estão previstos ou não?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Bom, deputado, essa talvez seja a pergunta mais complexa para respondermos e vou tentar abreviar, ser o mais sucinto e objetivo na resposta.

A barragem de José Boiteux é complexa sob todos os aspectos, e vou tentar resumi-los. Primeiro, é uma obra federal iniciada na década de 1980 e entregue no início da década de 1990. E agora vem um detalhe importantíssimo: não concluída, pois o berço do vertedouro, o final dela, quando a água passa pelo vertedouro, não foi concluído.

Não sei exatamente os motivos que levaram a essa não conclusão na década de 1990, mas vou lhe dizer que, hoje, a retomada desse processo, que é uma parceria com a União — não sei se é esse exatamente que o senhor está mencionando —, tem uma série de aspectos, porque ali foi encontrado um material, um sambaqui. Então tem um instituto que está fazendo uma análise.

Eu recebo, na semana que vem ou na outra, um pessoal do ICMBio, do Ibama, para ir lá fazer uma análise do sítio, verificar o que tem ali de produto arqueológico, enfim, para retomarmos ações que iniciaram lá atrás, interromperam, voltaram e por aí vai. Nisso tem PBA em andamento, que é o Plano Básico Ambiental, tem ações de plano de contingência em comunidade indígena.

Na época, todo o levantamento topográfico — e essa é uma visão muito pessoal — não foi bem executado, porque vários problemas que envolvem a comunidade indígena se deram por conta da execução da obra. E cito alguns exemplos: a comunidade indígena reclama da interrupção da via terrestre, porque quando o reservatório sobe, por isso que eles não queriam fechar essa barragem, a estrada é inundada. Esse é um erro topográfico, porque se eu tenho a crista do vertedouro e tenho a cota em que vai chegar o nível do reservatório, tenho que fazer a estrada acima disso. Senão, no caso de enchente, a estrada assim como a ponte são bloqueadas.

Então, tudo isso tem parte nesses acordos com o governo federal, convênios do que fazer ou não fazer, além de toda a questão de uma decisão judicial do início da década de 2000, que agora estamos retomando aos poucos cada etapa.

Não sei lhe dizer exatamente se esse contrato que foi suspenso, interrompido em 2023, é desse objeto, mas acredito que seja. E aí eu lhe expliquei os porquês de algumas situações serem tão demoradas e tão complexas: envolve comunidade indígena, existe problema de engenharia, de construção e de execução da época, existe a questão de um sítio arqueológico no local e uma série de ações que ainda precisam ser executadas naquela barragem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Secretário, dado o avançado do tempo, depois vamos fazer algumas dessas perguntas também na forma de requerimento, até para documentar e poder avançar, mas ainda tenho dois pontos para fecharmos aqui.

Sobre as estações meteorológicas, elas estão em operação no Vale do Itajaí? Quais são operantes e de que modo elas operam? Há uma assertividade nessa previsão?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Eu mostrei num slide que nós aumentamos a nossa densidade de estações de sensores de superfície. Toda a nossa rede de monitoramento de superfície de 42 estações hidrometeorológicas — estamos falando de uma estação completa, com anemômetro, pluviômetro, nível, enfim, uma série de sensores — para 172. A maioria delas no Vale do Itajaí, mas tem em outras regiões do Estado, evidentemente. Todas de propriedade da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, do governo do Estado, estão em funcionamento.

Hoje o nosso contrato é de serviço, não é mais de aquisição e manutenção. No passado vivenciávamos isso, fazíamos a aquisição de uma estação hidrometeorológica completa e quando tinha um problema num componente, num transmissor, num sensor, eu tinha que fazer toda a movimentação da máquina para a manutenção daquilo. Hoje nós contratamos o serviço e no contrato a empresa tem horas para substituir um sensor queimado, alguma coisa. Então todas elas, eu lhe dou total e absoluta certeza, estão operacionais.

Um detalhe importante: todas as estações de propriedade da Secretaria são de última geração e transmitem um dado a cada quinze segundos para a Secretaria. Então todas servem para a emissão de alerta, só que, evidentemente, ela me traz um dado e, a partir desse dado, a informação é implementada com base no que os técnicos analisam.

Então, tem dado sobre o qual temos expertise, ele é cada vez mais preciso, mas sempre estamos falando de uma previsão e não de uma certeza. Todos eles são, dessas 72, bem utilizados e funcionando 100%. Mas não utilizamos somente esses, utilizamos também de outras estruturas, como já citei, Cemaden, ANA e Epagri. Sobre esses eu não posso afirmar que tenham uma manutenção, porque são de outros órgãos, mas também acabamos utilizando, até para ter um adensamento maior das nossas estações utilizadas para emissão de alerta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — E aqueles radares?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Os radares 100% operacionais. Nós temos quatro em funcionamento, três deles já fazem a cobertura do Estado e agora estamos fazendo algumas sobreposições. O de Joinville é sobreposição para a melhoria do sinal, pela especificidade da região, e estamos trabalhando para a instalação de um na Grande Florianópolis.

No momento estamos trabalhando na questão de desapropriação de 1 hectare, porque já foi definido o terreno, para a contratação de um radar de Banda S, igual ao que tem em Lontres e em Chapecó, para a cobertura de toda essa região mais do litoral, principalmente para o que o manezinho chamaria de lestada, que é a circulação marítima, que são os eventos que mais trazem problemas aqui para a região da Grande Florianópolis. O terreno é de 1 hectare e fica em Angelina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — E a contratação seria do serviço também.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Nós esperamos, no futuro, deputado, partir os radares também para serviço, mas isso é um pouco mais complexo. É um equipamento internacional e achar empresa que consiga fazer reposição de peça, porque é tudo internacional, é mais complicado. Por enquanto ele vai para a linha de aquisição e manutenção, mas no futuro está literalmente no nosso radar fazer serviço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Estamos nos encaminhando para o final, presidente e secretário, mas gostaria somente de mais um esclarecimento.

O governo tem divulgado investimento em Defesa Civil e, por outro lado, o Tribunal de Contas, reiteradamente, tem mencionado que entre aquilo que está previsto no orçamento e a execução de recurso empregado na prática, tem uma distância; que se executa menos do que aquilo que se poderia, em tese, investir.

Por que essa discrepância e como o Estado está reagindo a isso no sentido de garantir a capacidade de investimento?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Bom, deputado, esse daí talvez seja um dos assuntos que, no meu dia a dia, é o mais complicado.

Primeiro que eu não acho prudente a execução 100% do recurso da Defesa Civil. Isso não significa que baixa execução é bom. Mas eu vou explicar por que não acho prudente. Eu sempre digo que tem que ter um percentual do orçamento contingenciado para desastres ocorridos no mês de dezembro.

Para eu falar, como gestor público, de 100% de execução orçamentária, eu tenho que deixar tudo empenhado até o mês de novembro, porque não tenho tempo hábil para entrega até dia 31 de dezembro de algo que não foi executado, não foi empenhado ainda no mês de novembro, porque as empresas precisam de tempo para fazer as entregas.

Então, se eu empenho 100% do orçamento até novembro, acontece um desastre em dezembro e eu não terei recurso para fazer aquisições. Por isso é sempre bom deixar algo contingenciado, algo em torno de 10% do orçamento, pelo menos.

O segundo ponto de difícil explicação: primeiro, que obras preventivas em Defesa Civil, via de regra, são complexas e, pela complexidade — dei alguns exemplos que envolvem barragens —, a execução não é simples. Para que tenham uma ideia, o governo do Estado de Santa Catarina nunca, em sua história, construiu uma barragem de contenção de cheia. É a primeira vez que estamos com um projeto na praça em execução.

Eu comentei aqui que estamos há dois anos discutindo, tecnicamente, uma barragem, os técnicos da Defesa Civil com os técnicos do Tribunal de Contas; há uma divergência com relação a alguns itens orçamentários. Nunca foi executado. Se eu coloco esse item no orçamento e tenho uma suspensão do edital, não o executo. Quando aparece no relatório que aquele item teve baixa execução, é claro, o edital foi suspenso, não consegui fazer a execução. Só que esse item é realocado no orçamento e destinado para outras ações.

Num passado recente não havia tempo hábil para fazer isso que justificasse a execução. Hoje, por exemplo, como ainda não conseguimos lançar o edital de Mirim Doce, a nossa equipe já está trabalhando, neste momento, a realocação do orçamento.

Quando o governo do Estado fala R\$ 1 bilhão em três anos e meio, quase quatro anos, o que está envolvido ali? E eu coloquei aqui nas apresentações tudo aquilo que está envolvido: envolve ações executadas, em execução ou com o orçamento mapeado para execução. Então, estamos falando nesses itens para R\$ 1 bilhão.

Como aparece ali barragem de Botuverá com R\$ 155 milhões, está no cálculo. Ela não vai ser executada na plenitude dentro deste exercício, mas ela já tem a previsão orçamentária que faz a composição desse R\$ 1 bilhão entre ações executadas, em execução e programadas no orçamento para execução.

Agora, sem dúvida nenhuma, a complexidade envolve obras complexas, nunca realizadas, mais de um orçamento e toda essa questão burocrática que vivenciamos todo santo dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Para fechar definitivamente, já se disse aqui que aquela população tem trauma, tem ansiedade, tem estresse, tem histórico e agora as notícias vão se avolumar. E cada vez que alguém fala em El Niño, em super El Niño, cada vez que alguém fala em previsão do tempo, vem o susto, vem a preocupação.

Apesar de o tema ser complexo, as pessoas nos apontam na rua e só fazem uma pergunta: a barragem está funcionando? Vai funcionar? Estamos protegidos?

Então, dada a sua autoridade de coronel, bombeiro militar, tantos anos em um serviço público bem prestado, neste momento temos que ser muito cuidadosos com a informação. Se alguém lhe pergunta de bate-pronto se vai funcionar, se a população do Vale do Itajaí está segura, o que se pode responder com segurança?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO FABIANO DE SOUZA (SC) — Barragem de Ituporanga, 100% funcional com operação remota; Taió, 100% operacional com operação local; barragem de José Boiteux, uma manutenção em andamento que vai deixá-la 100% operacional em pouquíssimo tempo — vamos colocar aí sessenta dias.

Então, todas as três barragens estarão 100% operacional para eventos de maior magnitude a partir da primavera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES (PSD) — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Obrigado, Deputado Napoleão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA (PSD) — Não esqueça o verbo mitigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil-PL) — Agradeço também a presença dos nobres colegas, deputado Sérgio Guimarães, vice-presidente desta Comissão; deputado Matheus Cadorin, relator, que teve que sair porque precisava cumprir outras agendas mais urgentes; de forma remota o deputado Volnei e o deputado Camilo; e sempre enriquecedora, a presença do nosso deputado Mário Motta.

Em especial, agradecemos a presença do nosso secretário Fabiano, que elucidou muitos dos nossos dilemas, das nossas preocupações no sentido de saber a forma que poderemos nos preparar para uma situação extraordinária, como o El Niño deste ano.

Percebemos com clareza que o governo do Estado vem se preparando, o que nos dá mais segurança, e esperamos, com certeza, enquanto Poder Legislativo, contribuir ainda mais para esse trabalho da Defesa Civil, que vem prestando um excelente trabalho em Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a reunião. Muito obrigado. (ata sem revisão dos oradores)
[Transcrição: Almerinda Lemos Thomé / Revisão e Montagem da Ata: Siomara G. Videira]

Deputado **Alex Brasil**

Presidente

Processo SEI 26.0.000036010-3

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 250, de 3 de julho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARLENE FENGLER**, matrícula nº 5997, do cargo de Secretária-Geral, código PLDAS-7, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2026. (CGP - SECRETARIA GERAL).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 25.0.000002312-7

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 251, de 3 de julho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **MARLENE FENGLER**, matrícula nº 5997, da Comissão Legal - Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 4 de julho de 2026.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 25.0.000002312-7

_____ * * *

ATO DA MESA Nº 252, de 3 de julho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **RAPHAELA HELENA MILLEO DIAS**, matrícula nº 8332, do cargo de Assessor da Secretaria-Geral, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2026 (CGP - SECRETARIA-GERAL).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 25.0.000002345-3

_____ * * *

ATO DA MESA Nº 253, de 3 de julho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o Anexo II-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR RAPHAELA HELENA MILLEO DIAS, matrícula nº 8332, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO-GERAL, código PL/DAS-7, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2026 (CGP - SECRETARIA-GERAL).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 25.0.000002345-3

_____ * * *

ATO DA MESA Nº 254, de 3 de julho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no inciso IV do art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR JANICE APARECIDA STEIDEL KRASNIAK, matrícula nº 7004, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal - Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 4 de julho de 2026.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000035812-5

_____ * * *

ATO DA MESA Nº 255, de 3 de julho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXCLUIR do Ato da Mesa nº 162, de 18 de maio de 2020 o servidor **SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**, matrícula nº 12085, a contar de 4 de julho de 2026.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 25.0.000003689-0

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1524, de 30 de junho de 2026**

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **FRANCIELE RAULINO**, matrícula nº 11765, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-88 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2026 (GAB DEP MARCOS DA ROSA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Republicada por incorreção.

Processo SEI 26.0.000035207-0

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 1549, de 1º de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR BRUNA GARCIA HEINZEN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Parlamentar Externa-Relatório, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARCOS VIEIRA - LAGES).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035547-9

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 1550, de 1º de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR HELTON HEITOR BINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-90, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 4ª SECRETARIA - BLUMENAU).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035524-0

PORTARIA N° 1570, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com base no parágrafo único do art. 1° do Ato da Mesa n° 396, de 29 de novembro de 2011, e no item II da Cláusula Quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e a Assembleia Legislativa, datado de 25 de outubro de 2011,*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce atividade parlamentar externa - biométrico, a contar de 2 de julho de 2026.

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade	Gabinete
12873	ADRIAN DE OLIVEIRA DA SILVA	LAGES	GAB DEP LUCAS NEVES

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035682-3

PORTARIA N° 1571, de 02 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com base no parágrafo único do art. 1° do Ato da Mesa n° 396, de 29 de novembro de 2011, e no item II da Cláusula Quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e a Assembleia Legislativa, datado de 25 de outubro de 2011,*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce atividade parlamentar externa - biométrico, a contar de 2 de julho de 2026.

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade	Gabinete
13080	MAURICIO LAURENTINO RODRIGUERO	LAGES	GAB DEP LUCAS NEVES

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035682-3

PORTARIA N° 1572, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **NATAN BATISTA BALTHAZAR**, matrícula n° 14146, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-72 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de julho de 2026 (GAB DEP NEODI SARETTA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035768-4

PORTARIA N° 1573, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**, matrícula nº 12085, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-85, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de julho de 2026. (DL - COLEGIADO DE BANCADA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 25.0.000003689-0

PORTARIA Nº 1574, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **GILDO DE SOUZA ALMEIDA**, matrícula nº 12079, de PL/GAB-64 para o PL/GAB-69 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de julho de 2026 (GAB DEP MARCIUS MACHADO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035839-7

PORTARIA Nº 1575, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com base no parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e no item II da Cláusula Quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e a Assembleia Legislativa, datado de 25 de outubro de 2011,

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce atividade parlamentar externa - relatório, a contar de 2 de julho de 2026.

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade	Gabinete
6594	CHRISTIAN DOS REIS	CHAPECO	GAB DEP LUCIANE CARMINATTI

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035890-7

PORTARIA Nº 1576, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JANE STEFENN**, matrícula nº 13711, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de julho de 2026 (GAB DEP JUNIOR CARDOSO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035861-3

PORTARIA N° 1577, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ALYSSON DE LORENZI**, matrícula n° 14025, de PL/GAB-63 para o PL/GAB-55 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de julho de 2026 (GAB DEP MARCIUS MACHADO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035825-7

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1578, de 2 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **FABIANO PERES DA SILVA**, matrícula n° 13884, de PL/GAB-95 para o PL/GAB-78 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de julho de 2026 (GAB DEP JUNIOR CARDOSO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035801-0

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1579, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 173/2026, firmado pela ALESC e Fabio Marcelo Matos, 890.164.839-XX, a fim de atender as demandas da DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO.

CONSIDERANDO o "CAPÍTULO V - GESTÃO CONTRATUAL", do Ato da Mesa n° 257, de 28 de maio de 2024, que "Regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Lei n° 14.133, de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos";

CONSIDERANDO que o art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, prevê que "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]",

RESOLVE:

Art. 1° Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL n° 173/2026, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I - MABEL COELHO LUNARDI, matrícula n° 6694, Coordenadora da Escola do Legislativo, lotação na EL - COORDENADORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO, como Gestor; e

II - GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA COELHO, matrícula n° 11949, Secretário Parlamentar, lotação no MD - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, como Fiscal.

§ 1° Na ausência da servidora indicada no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor MARTIN LUIZ TEMP, matrícula n° 9741, Assessor da Escola do Legislativo - Administrativo, lotação na DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO.

§ 2° Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designada como substituta, a servidora JOICE ELIZABET DA SILVA, matrícula n° 11169, servidora do Poder Executivo - FCEE à disposição da Alesc, lotação na EL - COORDENADORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000027688-9

PORTARIA Nº 1580, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL nº 174/2026, firmado pela ALESC e Alice Demarco, 075.623.969-XX, a fim de atender as demandas da DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO.

CONSIDERANDO o "CAPÍTULO V - GESTÃO CONTRATUAL", do Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024, que "Regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Lei nº 14.133, de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos";

CONSIDERANDO que o art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevê que "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]",

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 174/2026, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I - MABEL COELHO LUNARDI, matrícula nº 6694, Coordenadora da Escola do Legislativo, lotação na EL - COORDENADORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO, como Gestor; e

II - GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA COELHO, matrícula nº 11949, Secretário Parlamentar, lotação no MD - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, como Fiscal.

§ 1º Na ausência da servidora indicada no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor MARTIN LUIZ TEMP, matrícula nº 9741, Assessor da Escola do Legislativo - Administrativo, lotação na DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO.

§ 2º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designada como substituta, a servidora JOICE ELIZABET DA SILVA, matrícula nº 11169, servidora do Poder Executivo - FCEE à disposição da Alesc, lotação na EL - COORDENADORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000027688-9

PORTARIA Nº 1581, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL nº 175/2026, firmado pela ALESC e Sonimara da Silva, 933.628.209-XX, a fim de atender as demandas da DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO.

CONSIDERANDO o "CAPÍTULO V - GESTÃO CONTRATUAL", do Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024, que "Regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Lei nº 14.133, de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos";

CONSIDERANDO que o art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 175/2026, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I - MABEL COELHO LUNARDI, matrícula nº 6694, Coordenadora da Escola do Legislativo, lotação na EL - COORDENADORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO, como Gestor; e

II - GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA COELHO, matrícula nº 11949, Secretário Parlamentar, lotação no MD - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, como Fiscal.

§ 1º Na ausência da servidora indicada no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor MARTIN LUIZ TEMP, matrícula nº 9741, Assessor da Escola do Legislativo - Administrativo, lotação na DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO.

§ 2º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designada como substituta, a servidora JOICE ELIZABET DA SILVA, matrícula nº 11169, servidora do Poder Executivo - FCEE à disposição da Alesc, lotação na EL - COORDENADORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000027688-9

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 1582, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos do art. 15, § 5º, da Resolução 002/2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015;*

NOMEAR VANDIR LUIZ SCHUH, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/GAP, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de julho de 2026. (GAB DEP ALTAIR SILVA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000035826-5

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 1583, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Processo nº
6348	LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO	04	12/06/2026	SEA 00012612/2026

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000036999-7

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1584, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome da Servidora	Qde dias	Início em	Processo n°
13614	THALITA DA SILVA BDRUTCHENK	15	11/05/2026	SEA 00010255/2026

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000025034-0

PORTARIA N° 1585, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 38, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **VITOR PAIVA DE OLIVEIRA**, matrícula n° 13167, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Diretor Adjunto Administrativo, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO, matrícula n° 6348, que se encontra em fruição de férias, por 10 (dez dias), a contar de 8 de julho de 2026. (DG - DIRETORIA ADMINISTRATIVA).

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000035548-7

PORTARIA N° 1586, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 201/2024, firmado pela ALESC e a Müller Engenharia Ltda., a fim de atender as demandas da DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

CONSIDERANDO o "CAPÍTULO V - GESTÃO CONTRATUAL", do Ato da Mesa n° 257, de 28 de maio de 2024, que "Regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Lei n° 14.133, de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos";

CONSIDERANDO que o art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, prevê que "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]",

RESOLVE:

Art. 1° Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL n° 201/2024, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I - FELIPE MARQUES SILVA, matrícula n° 12849, Coordenador de Serviços Técnicos, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como Gestor; e

II - RAFAEL CARLOS VARGAS, matrícula n° 13605, Gerente de Projetos e Serviços Técnicos, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como Fiscal Administrativo;

III - VINICIUS BERNARDI FUERBACK, matrícula n° 14091, Analista Legislativo III, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como Fiscal Técnico;

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO, matrícula nº 6348, Diretor-Adjunto Administrativo, lotação na DG - DIRETORIA ADMINISTRATIVA;

§ 2º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor LUAN LUCIO DA SILVA, matrícula nº 13645, Gerente de Manutenção, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS;

§ 3º Na ausência do servidor indicado no inciso III, fica designado como substituto, o servidor EDUARDO BENATTI PADULA, matrícula nº 13176, Analista Legislativo III, lotação na GP - DIRETORIA GERAL;

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024,

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 049/2026.

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000034555-4

_____ * * *

PORTARIA Nº 1587, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 38 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **EDUARDO LUIZ VENTURIN**, matrícula nº 6318, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS-8, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARCIO DE SOUSA ROSA, matrícula nº 9452, que se encontra em usufruto de férias por 10 (dez) dias, a contar de 6 de julho de 2026. (MD - PROCURADORIA).

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000035087-6

_____ * * *

PORTARIA Nº 1588, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **PATRICIA DA SILVA SOBREDA**, matrícula nº 5920, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de julho de 2026 (LIDERANÇA DO PSDB).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000036046-4

_____ * * *

PORTARIA Nº 1589, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CLAUDIA MARASCA DE CONTO**, matrícula nº 12356, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-38, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de julho de 2026 (MD - 3ª SECRETARIA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000036008-1

_____ * * *

PORTARIA N° 1590, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **MATHEUS LUIS NIEHUES**, matrícula n° 13049, de PL/GAB-65 para o PL/GAB-76 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de julho de 2026 (GAB DEP SERGIO GUIMARAES).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000036005-7

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1591, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **RICARDO HENRIQUE DE LIMA OLIVEIRA**, matrícula n° 9336, de PL/GAB-106 para o PL/GAB-108 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de julho de 2026 (GAB DEP ALEX BRASIL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000036106-1

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1592, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **FERNANDA CRISTINA SILVA DA COSTA**, matrícula n° 8685, designado(a) pelo(a) respectivo(a) Deputado(a), é o(a) responsável pela convalidação e controle de frequência dos servidores externos e internos vinculados ao GABINETE DO DEPUTADO ALTAIR SILVA.

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000036132-0

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90023/2026

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de Santa Catarina - Alesc, com sede na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, n° 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados da suspensão do Pregão Eletrônico N° 90023/2026, cujo objeto era o registro de Preços para o eventual fornecimento de todos os materiais, confecção e instalação, sob demanda, de mobiliário e poltronas reclináveis, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos, em razão da necessidade de complementação do Termo de Referência, para incluir documentação relativa ao padrão adotado pela Alesc. Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.

Carlos Alberto Leal

Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 25.0.000043128-4

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90021/2026

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n° 1225, de 14 de maio de 2026, comunica que atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão Eletrônico n° 90021/2026, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a eventual prestação de serviços de produção de eventos, compreendendo o fornecimento e a locação de bens destinados à ambientação e ornamentação de eventos institucionais, bem como o fornecimento de itens voltados à realização de homenagens oficiais, inclusive de caráter fúnebre, em todo o território do Estado de Santa Catarina.

EMPRESA VENCEDORA: Lind Guimar Machado.

CNPJ: 18.010.737/0001-50.

LOTE (GRUPO) ÚNICO					
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Subtotal
1	Palco praticável	Diária	1500	R\$100,00	R\$150.000,00
2	Mesa diretiva 9 pessoas	Diária	50	R\$700,00	R\$35.000,00
3	Mesa para registro de homenageados	Diária	100	R\$350,00	R\$35.000,00
4	Mesa de apoio quadrada	Diária	400	R\$90,00	R\$36.000,00
5	Mesa de apoio redonda	Diária	50	R\$123,33	R\$6.166,50
6	Toalha de mesa quadrada	Diária	100	R\$67,50	R\$6.750,00
7	Toalha de mesa retangular (+)	Diária	100	R\$67,50	R\$6.750,00
8	Toalha de mesa redonda	Diária	100	R\$60,00	R\$6.000,00
9	Cadeiras Tiffany	Diária	8000	R\$15,00	R\$120.000,00
10	Cadeiras plásticas	Diária	5000	R\$6,25	R\$31.250,00
11	Capas para cadeiras	Diária	5000	R\$6,00	R\$30.000,00
12	Tecido para cenografia - leve	m²	500	R\$39,00	R\$19.500,00
13	Tecido para cenografia - elástico	m²	500	R\$39,00	R\$19.500,00
14	Cortina	m²	200	R\$59,00	R\$11.800,00
15	Backdrop	Diária	500	R\$190,00	R\$95.000,00
16	Arranjo de flores naturais grande porte	Unidade	150	R\$1.200,00	R\$180.000,00
17	Arranjo floral tipo jardineira	Unidade	30	R\$1.033,33	R\$30.999,90
18	Arranjo floral para mesa em cascata	Unidade	50	R\$1.150,00	R\$57.500,00
19	Arranjo floral para a mesa	Unidade	40	R\$700,00	R\$28.000,00
20	Coroa fúnebre	Unidade	20	R\$800,00	R\$16.000,00
21	Planta ornamental grande	Unidade	100	R\$312,50	R\$31.250,00
22	Planta ornamental pequena	Unidade	50	R\$222,50	R\$11.125,00
23	Buquê de flores naturais	Unidade	100	R\$433,33	R\$43.333,00
24	Ramalhete de flores naturais	Unidade	50	R\$350,00	R\$17.500,00
25	Flores plantadas	Unidade	1500	R\$55,00	R\$82.500,00
26	Locação de painel de led indoor	Diária	500	R\$379,00	R\$189.500,00
27	Locação de painel de led outdoor	Diária	500	R\$399,00	R\$199.500,00
Valor total					R\$1.495.924,40

Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Maiara Beatriz Neitzke

Pregoeira



Processo SEI 25.0.000058829-9

EXTRATOS**EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 040/2022**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: AV Mídia Locações Ltda.

CNPJ/CPF: 04.679.255/0001-83.

OBJETO: O termo de apostilamento tem por objeto conceder reajuste, nos termos do item "3.3" da Cláusula Terceira do Contrato nº 040/2022, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado no período de maio/2025 a abril/2026, cujo percentual foi de 4,109610%.

VALOR ANUAL: R\$1.599.359,28 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA: O termo entra em vigor na data de sua assinatura, permanecendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral, e Lívia Rodrigues Vicentin Espíndola, Coordenadora de Eventos.



Processo SEI 26.0.000019971-0

ERRATA AO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2023

Errata ao Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2023, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e a contratada AS Comercio de Equipamentos LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA**DA RETIFICAÇÃO**

1.1. A presente errata tem por finalidade corrigir erro material constante do Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2023, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, passando a constar da seguinte forma:

Onde se lê:

"EXTRATO - DA-CLC DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 265/2021."

Leia-se:

"EXTRATO - DA-CLC DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 045/2023."

CLAÚSULA SEGUNDA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Ficam ratificadas as demais informações constantes do extrato publicado, que não foram alteradas por esta errata.

Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.

Carlos Alberto Leal

Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 26.0.000026097-4

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 05/2026

1ª PARTÍCIPE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC.

2ª PARTÍCIPE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM.

CNPJ: 75.303.982/0001-90.

OBJETO: O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer parceria entre a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Alesc) e a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (Fecam), com o objetivo de implementar um espaço físico na Alesc para receber os Prefeitos de municípios catarinenses.

VALOR GLOBAL: Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Acordo é de 05 (cinco) anos, em analogia ao previsto na Lei nº 14.133/2021, nos termos dos artigos 106 e 184. a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2026

SIGNATÁRIOS: DEPUTADO JULIO GARCIA, Presidente da Alesc e TOPÁZIO SILVEIRA NETO, Presidente da FECAM.



Processo SEI 26.0.000021118-3
